



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Os *topoi* e as falácias informais na sátira política portuguesa

Catarina Duarte do Paço Rodrigues

Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação

Orientadora:

Doutora Cláudia Álvares, Professora Associada,
Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

outubro, 2022



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Sociologia

Os *topoi* e as falácias informais na sátira política portuguesa

Catarina Duarte do Paço Rodrigues

Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação

Orientadora:

Doutora Cláudia Álvares, Professora Associada,
Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

outubro, 2022

À minha família

Agradecimento

À minha orientadora, Professora Doutora Cláudia Álvares, pelo auxílio e apoio prestado durante a resolução desta dissertação, os meus sinceros agradecimentos.

Quero agradecer à minha família pelo apoio incondicional prestado durante todo o meu percurso académico.

Agradeço a todos os meus colegas e amigos que me acompanharam durante estes anos e foram importantes nesta caminhada.

Resumo

A presente dissertação propõe-se analisar o uso dos 15 *topoi* propostos por Wodak e Meyer (2001) e das 15 falácias informais apresentadas por Blassnig *et al.* (2015) na sátira política portuguesa, partindo de uma revisão da literatura que enquadra teoricamente as temáticas do humor e da sátira política. Para isso, utilizou-se como corpus analítico as publicações do Facebook da página "Jovem Conservador de Direita", as publicações da edição impressa do "Inimigo Público" e episódios do podcast do jornal online *Observador* "De Maneira que No Fundo é Muito Isto". Procedeu-se à análise de conteúdo do corpus analítico respeitante ao período anterior à não aprovação do Orçamento de Estado para 2022. Esta dissertação trata de refletir acerca dos métodos e estratégias para a realização do humor satírico em Portugal.

Palavras-chave: Humor, Sátira Política, Discurso, *Topoi*, Falácias

Abstract

The present dissertation proposes to analyze the use of the 15 *topoi* proposed by Wodak and Meyer (2001) and the 15 informal fallacies presented by Blassnig *et al.* (2015) in Portuguese political satire, starting from a literature review that theoretically frames the themes of humor and political satire. To this end, we selected as analytical corpus the Facebook posts of the page "Jovem Conservador de Direita", the publications of the printed edition of "Inimigo Público" and episodes of the podcast from the online newspaper *Observador*, "De Maneira que No Fundo é Muito Isto". A content analysis of the analytical corpus concerning the period prior to the non-approval of the State Budget for 2022 was carried out. This dissertation aims to reflect on the methods and strategies used to produce satirical humor in Portugal.

Keywords: Humor, Political Satire, Discourse, *Topoi*, Fallacies

Índice

Agradecimento	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Capítulo 1. Introdução	1
Capítulo 2. Revisão da Literatura	3
2.1. Humor	3
2.1.1. Teorias Atuais do Humor	5
2.1.2. Humor: Condições de Êxito	8
2.2. Sátira Política	11
Capítulo 3. Metodologia	15
3.1. Argumentação	18
3.1.1. <i>Topoi</i>	20
3.1.2. Falácias	28
3.2. Contextualização do Corpus	33
3.3. Estratégia Metodológica	35
Capítulo 4. Resultados	37
Capítulo 5. Análise de Resultados	39
Capítulo 5. Conclusões	43
Referências Bibliográficas	45

Introdução

Enquanto fenómeno social, o humor tem o poder de incluir ou excluir os indivíduos de um certo grupo social. Por outro lado, o humor é caracterizado pela existência de pressupostos socioculturais que tornam as piadas apenas compreensíveis dentro de um determinado grupo. No caso da sátira política portuguesa, em análise nesta dissertação, as piadas expostas nos objetos de estudo apresentados são apenas compreendidas à luz da atualidade da sociedade portuguesa. Isto remete para um conceito de humor enquanto ferramenta indicativa do que está a acontecer na sociedade, assemelhando-se a um termómetro social, uma vez que constitui um veículo para a crítica social ao criar proximidade entre a classe política e os cidadãos.

De modo a analisar, compreender e explicar fenómenos sociais por meio do seu conteúdo discursivo, é possível recorrer-se a unidades linguísticas, neste caso *topos* e falácias informais, presentes nos estudos crítico-discursivos. Estes estudos focam-se em dinâmicas sociocognitivas e jogadas de interação.

Propõe-se, nesta dissertação, analisar o fenómeno social do humor com recurso aos *topoi* utilizados por Wodak e Meyer (2001) e às falácias informais selecionadas por Blassnig, Ernst, Büchel, Engesser e Esser (2019).

A investigação está orientada em torno de uma revisão da literatura acerca da sátira política, abordando o uso político da sátira, os tipos de sátira existentes e como se caracteriza a compreensão da sátira pela audiência. Ainda na revisão da literatura, apresenta-se um capítulo sobre o humor, no qual é abordado a sua definição em termos latos e em termos retóricos, bem como os seus usos. Neste capítulo também são abordadas teorias mais atuais do humor, recorrendo à psicologia e à filosofia, explorando-se ainda as condições de êxito para este fenómeno.

Em seguida, apresenta-se a metodologia que inclui a abordagem aos conceitos de argumentação, *topoi* e falácia e a estratégia metodológica que se concretiza na análise de conteúdo de três objetos de sátira política portuguesa: a página de Facebook ‘Jovem Conservador de Direita’, o suplemento impresso do Jornal *Público*, ‘Inimigo Público’, e o podcast do *Observador*, ‘De Maneiras que no Fundo é Muito Isto’. Esta análise consubstancia-

se na identificação de 15 *topoi* e de 15 falácias informais no corpo de texto com vista a retirar conclusões acerca das estratégias discursivas na construção do humor. Após uma exposição da análise de resultados, apresenta-se a conclusão.

CAPÍTULO 2

Revisão da Literatura

2.1. Humor

No uso contemporâneo, o humor tornou-se num termo catchall que inclui ações, discurso e representações que as pessoas acham divertidas e risíveis, tendo uma longa história enquanto dispositivo de retórica (Sherwood, 2013). Já Lippit (1994), aponta que o humor se trata de um “umbrella term” que cobre todas as categorias do engraçado incluindo piadas, sátira e sagacidade’ (p.147).

Uma das primeiras declarações sobre a utilidade do humor vem de Gorgias de Leontini, a quem Aristóteles atribuiu a citação ““o orador deve derrubar a seriedade do seu oponente com o humor, e o seu humor com seriedade”” (Grant, 1924, p. 18).

Segundo Nidditch (1975), já Locke defendia que as figuras de retórica e as suas técnicas, incluindo o humor, direcionadas a qualquer coisa, à exceção da clareza e comunicação de conceitos importantes, são uma “batota perfeita” que os oradores usam para introduzir ideias erradas e enganar, assim, o raciocínio. Nesta perspectiva, o humor é, para Locke, um mero ornamento, que se revela, na pior forma, como instrumento imoral para o engano.

Bakhtin (1984), por sua vez, aponta para uma mudança de atitude face ao humor e ao riso que ocorreu quando o Renascimento abriu portas à Idade das Luzes. Durante o Renascimento, o riso teve um “significado filosófico profundo” permitindo que o mundo fosse visto “não menos (e talvez mais) profundamente do que quando é visto de um ponto de vista sério” (Bakhtin, 1984, p. 66). Porém, de acordo com Bakhtin (1984), no século XVII, a esfera do cómico perdeu a sua universalidade, tendo-se então desenvolvido a crença de que “a verdade essencial acerca do mundo e sobre o Homem não pode ser contada na linguagem do riso” (p.67).

Como a retórica, o humor é uma forma de arte persuasiva, pelo que o orador não pode forçar uma audiência a rir, devendo antes obter o seu riso através da persuasão (Sherwood, 2013). Para entender o humor do ponto de vista da retórica clássica é necessário, segundo Scherwood (2013), entender os seguintes termos: *kairos*, *enthymeme*, *dissoi logoi*, *stasis*, *topoi*, estilo plano, *sermo* e *urbanitas*.

Kairos tem várias definições, incluindo “estar apto para a ocasião” (Bizzell & Herzberg,

1990, p. 44), “contexto situacional” (Carter, 1988, p. 98) e “momento oportuno, tempo certo, oportunidade” (Poulakos, 1995, p. 5).

Enthymeme, por sua vez, remete para uma demonstração de provas, isto é, apelos à lógica, caráter e emoção direcionados para conduzir a audiência até um conhecimento comum; também pode ser definido como a capacidade de persuadir os ouvintes sem que o orador tenha de apresentar todas as premissas do argumento (Sherwood, 2013). Segundo o autor, grande parte do poder persuasivo do *enthymeme* deriva de uma premissa em falta, uma vez que há um convite para a audiência participar ativamente, completando o argumento e assim auxiliar o orador a construir conhecimento comum. Assim, a habilidade para completar a premissa em falta depende do conhecimento cultural da audiência (Sherwood, 2013). De acordo com Sherwood (2013), a audiência, guiada pelo orador, aplica leis comuns, crenças ou conhecimentos acerca de comportamentos próprios ou impróprios, de modo a inferir a premissa que falta e chegar ao argumento completo.

Quanto ao termo *dissoi logoi*, este pode ser definido como “a noção de que em cada item há dois argumentos que se opõem um ao outro” (Poulakos, 1995, p. 58). O conceito de *dissoi logoi* aplica-se ao humor, não apenas porque o humor envolve uma fusão de objetos, ações, emoções ou ideias opostas, mas também porque a percepção de humor de uma audiência muda com as circunstâncias (Sherwood, 2013).

Otto Dieter (1950) afirma que *stasis* é um estado de transição, ou então de imobilidade, entre duas forças, movimentos, funções ou mudanças em conflito. Como num argumento, o humor tem um ponto de *stasis*, isto é, um ponto de viragem em que movimentos opostos ou forças humorísticas convergem (Sherwood, 2013).

Os termos estilo plano, *sermo* e *urbanitas* vêm da teoria retórica estoica e descrevem conceitos relacionados com um estilo de discurso urbano, informal e inteligente enraizado na ironia de Sócrates (Sherwood, 2013). De acordo com Fiske (1920: 78), os objetivos de um orador que fale ou escreva num estilo plano são, primeiramente, os de “dizer a verdade” e, segundo, “ensinar”. Ao serviço destes objetivos, mas sem “qualquer esforço consciente no que toca aos efeitos emocionais” (p.79), o orador poderá utilizar a inteligência, no contexto do humor, aplicada às circunstâncias. As cinco “virtudes” do estilo plano, de acordo com Fiske (1920) são, a correção, a brevidade, a clareza, o facto de ser apropriado e o embelezamento que se desvia da vulgaridade (pp. 127-130).

O *sermo*, em contraste com a oratória, era a forma de discurso mais apropriado para os ambientes que não fossem cerimónias formais dos tribunais, assembleias e senados (Sherwood, 2013). Como Fiske (1920) observa, Cícero descrevia o termo *sermo* como “a forma literária ideal do estilo plano quer seja escrita ou falada” (p. 85), enquanto Panaetius,

segundo este autor, defendia o tom apropriado para o *sermo* como correspondendo à ironia contida (ou humor socrático).

A versão romana da ironia socrática toma forma no conceito de urbanitas, um termo que descreve as qualidades possuídas por um *urbanus*, isto é um orador civilizado e cortês, cuja inteligência é “marcada pela reserva no uso dos seus poderes e pelo eufemismo estudado” (Fiske, 1920, p. 343). Segundo Cícero (46 b.C) [1855], o urbanitas pode ser definido como “um tipo de humor elegante, adaptado à oratória bem como à conversação educada” e adaptado não apenas aos tribunais, mas “a qualquer tipo de discurso” (pp. 162-163), incluindo os do lar, da sala de aula, do escritório ou outras situações sociais.

O estilo plano, o *sermo* e o *urbanitas* representam um estilo de discurso apto não apenas ao diálogo socrático, mas também a outras situações de oratória, incluindo o ensino – isto é claro uma vez que o estilo plano tem como objetivos primordiais “dizer a verdade” e “ensinar” (Sherwood, 2013). O *sermo*, segundo o mesmo autor, dado que coloca ênfase no diálogo fácil e inclusivo, com inteligência humorística apropriada, e destinada a fazer sobressair o caráter do orador é também aplicável ao tipo de discurso conduzido entre um professor e os seus estudantes.

2.1.1 Teorias Atuais do Humor

As teorias do humor mais atuais, de acordo com Watson (2014), recaem sobre três amplas categorias – a teoria da superioridade, a teoria do alívio e a teoria da incongruência. Segundo a autora, o humor e o riso estão complexamente relacionados; embora não sejam sinónimos e não estejam inevitavelmente conectados, o que é entendido como engraçado no senso comum vai, de algum modo, provocar o riso.

A teoria da superioridade assenta na ideia de que encontramos o humor nos infortúnios alheios – o que não justifica todo o humor (Watson, 2014). Segundo Chambers (1989), a teoria da superioridade aponta para o “reconhecimento da fragilidade da invenção da humanidade por si mesma” (p.592). Adicionalmente, o riso enquanto resposta ao infortúnio dos outros poderá ser mais complexo do que a teoria da superioridade indica, uma vez que o riso pode surgir pela identificação, através de um processo no qual somos confrontados com a materialização da condição humana, o que nos leva a rir precisamente pelo seu absurdo, aponta Watson (2014).

A teoria do alívio, por sua vez, assenta na ideia de que nos rimos para libertar tensão emocional ou psíquica, o que produz prazer, em consonância com a teoria apresentada por Freud na obra *The Joke and its Relation to the Unconscious* (2003 [1905]). Neste livro, Freud defende que é difícil manter todas as nossas inibições controladas e que, quando experienciamos prazer numa piada, essas inibições são removidas temporariamente e a energia armazenada fica disponível para ser libertada sob a forma de riso. No entanto, diferentes tipos de situações risíveis resultam em diferentes tipos de ‘armazenamentos’ psíquicos: o prazer cômico deriva de “armazenamento na imaginação de ideias”: por isso, rimo-nos dos movimentos exagerados de um palhaço porque, segundo Freud (2003), formar a ideia de algo largo requer maior esforço ao nível do sistema nervoso do que a ideia de movimentos mais pequenos uma vez que é como se nos estivéssemos a esforçar para nos tornarmos em algo mais largo; enquanto o prazer humorístico advém de ‘armazenamento à custa do sentir’” (Freud, 2003, p. 228) através de uma provocação da emoção que é, pois, inutilizável, conforme explicado abaixo. Esta teoria foi alvo de diversas críticas, segundo Watson (2014), nomeadamente por parte de Morreall (2009) e de Gunter (1968), em que o primeiro defendia que não existe uma forma sistemática de enquadrar o riso nos padrões freudianos, enquanto o segundo afirmava que Freud não apresenta uma explicação satisfatória para o humor e deixa de parte o lado da satisfação advinda dos diferentes tipos de riso. Já Kant, em “A Crítica da Faculdade do Juízo” (1790) [1987] fala do riso como uma demonstração de emoção que advém de uma transformação repentina de uma expectativa constrangida que “se reduz a nada” (p.161). Watson (2015) clarifica dizendo que “se pensarmos em piadas, partimos de um horizonte de pensamento que é desfeito pelo remate (*punch line*) que mostra que fomos enganados”. Kant (1987 [1790]) sugeria que o que provoca este fenómeno é “algo de absurdo” (p. 161), o que conduz para a teoria da incongruência.

A teoria da incongruência assenta, efetivamente, no pensamento dos filósofos Kant e Schopenhauer, providenciando uma explicação diferente para o que é considerado engraçado tendo em vista a teoria da superioridade. Lippitt (1994) cita Schopenhauer, a este propósito: “A causa do riso em todos os casos é simplesmente a percepção repentina da incongruência entre um conceito e os objetos reais que foram pensados para terem alguma relação entre si, e o riso em si mesmo é apenas uma expressão desta incongruência” (p.147). Morreall (1989) sugere que o que faz com que seja engraçada a circunstância de alguém escorregar numa casca de banana, segundo a teoria da superioridade, é sentirmo-nos superiores a quem escorregou, enquanto na teoria da incongruência a graça deve-se ao facto de essa situação chocar com a nossa ideia pré-concebida de alguém a caminhar.

No entanto, Morreall (2009) deteta a dificuldade de alguns académicos em definir exatamente o que querem dizer por “incongruência”, podendo este termo incluir outros conceitos como discrepância, inconsistência, desadequação e o absurdo. Para além de questões de definição, existem objeções devido ao excesso de ênfase na dimensão cognitiva do humor, não sendo possível explicar por que é que nem todas as incongruências são engraçadas e não havendo maneira de explicar por que é que a incongruência produz prazer (Watson, 2015).

A teoria de Veatch (1998) diz que existem três condições “necessárias e (conjuntamente suficientes) para a perceção do humor” (p. 163), as quais estão abaixo elencadas:

- Normalidade - Quem percebe reproduz uma perspetiva hegemónica sobre uma situação que interpreta como sendo normal;
- Violação - Quem percebe julga existir uma forma pré-determinada de agir em determinada situação; a transgressão desse “princípio moral subjetivo” é condição necessária para o humor;
- Simultaneidade - As duas condições anteriores estão presentes, no mesmo instante, na mente de quem percebe o humor.

Posto isto, o humor não se pode basear exclusivamente na incongruência; mesmo que o recetor ache piada à incongruência, isso, segundo Veatch (1998), estará ligado à uma perceção moral subjetiva. Por isso mesmo, o mesmo autor defendia que “a maioria da sátira que é escrita engana, na verdade, muitos dos seus leitores, pelo que, longe de ser persuasiva, muitas vezes nem é compreendida” (p. 203).

As interpretações filosóficas dominantes sobre o humor compreendem-no através do que acontece no interior da pessoa, mediante um efeito ao nível da cognição, sensação ou perceção (Abrahams, 2021). Carroll (2014), por exemplo, compreende o humor pela emoção cognitiva do divertimento cómico, o qual é dirigido ao objeto formal, interpretado como incongruente. Morreall (2009) defende a teoria da “viragem” cognitiva, que compreende o humor pela sensação despoletada por determinadas alterações de um estado cognitivo para outro. Já Hurley *et al.* (2011) sugerem que o humor deve ser compreendido através da emoção epistémica da alegria, que está enraizada num mecanismo cognitivo para identificar e resolver crenças incompatíveis entre si. Estas interpretações do humor são limitadas, segundo Abrahams (2021), porque têm uma índole apenas fisiológica, pelo que este autor sugere que o humor seja também encarado como fenómeno social, já que envolve como nos relacionamos com o mundo, como interagimos uns com os outros e o que valorizamos. Segundo o autor, a compreensão do humor enquanto prática significa compreendê-lo primariamente enquanto algo que as pessoas fazem.

O filósofo Bergson (1940) sugeria, efetivamente, que “o riso deva ter uma significação social”, correspondendo a um “gesto social”: “pelo temor que o riso inspira, reprime as excentricidades, mantém constantemente despertas e em contacto mútuo certas atividades de ordem acessória que correriam o risco de isolar-se e adormecer; suaviza, enfim, tudo o que puder restar de rigidez mecânica na superfície do corpo social” (p. 14). Bergson (1940) defende ainda que o que é cômico exprime uma inadaptação do indivíduo à sociedade, constituindo assim uma expressão de crítica social.

2.1.2. Humor: Condições de êxito

Abrahams (2021) sugere que é possível identificar três condições básicas de sucesso para o humor, que suportam uma estética distintiva para o humor; ou seja, tentativas humorísticas que cumpram com as seguintes condições são consideradas mais engraçadas:

1. Compreensibilidade: Para o ato humorístico ter sucesso deve ser compreensível por parte dos espetadores;
2. Participação: Para um ato humorístico ter sucesso, os espectadores devem participar segundo prescrito;
3. Pluralidade: Diferentes práticas humorísticas podem ter as suas próprias normas para o sucesso, que têm de ser correspondidas para além da compreensibilidade e da participação.

A condição da compreensibilidade supõe que, uma vez que o humor é uma prática, os espetadores devem reconhecer que o ato em questão é representado apenas no âmbito desta prática em particular; tal significa reconhecer o que o humorista faz enquanto ato humorístico e responder-lhe enquanto tal (Abrahams, 2021). De notar que isto implica que o ato deve ser compreensível e não compreendido, segundo o autor.

A participação captura o facto de o humor tentar alcançar respostas particulares (não necessariamente o riso, visto que o humor pode despoletar outras reações como nojo ou incómodo) (Abrahams, 2021).

Por último, de acordo com o mesmo autor, a pluralidade supõe que existem muitas práticas humorísticas em particular, e muitas delas vêm com as suas próprias normas. Tome-se, a título de exemplo, os trocadilhos, os quais dependem da semelhança entre diferentes palavras ou diferentes conceitos. Um trocadilho que falhe ao alcançar essa semelhança falha enquanto trocadilho. A condição de pluralidade também inclui casos onde o humor é bem-sucedido de acordo com uma condição, mas falha de acordo com outra, aponta Abrahams (2021). Estudos em Psicologia sugerem que o achar-se ou não

algo engraçado depende da condição de se estar preparado para acreditar que isso é o objetivo pretendido enquanto ato humorístico (Martin & Ford, 2018).

Estas condições servem para uma avaliação normativa e não descritiva do ato humorístico, aponta Abrahams (2021).

O humor é algo que se aprende desde a infância. Segundo Abrahams (2021), as pessoas

aprendem o humor através de uma aprendizagem prática, fazendo humor. As formas de compreensão, de interação e de *performance* do humor não advêm simplesmente de uma natureza biológica ou psicológica, mas são até certo ponto aprendidas socialmente. Uma ferramenta importante para a explicação social do humor é a distinção entre o riso “afiliativo” e “desafiliativo” (Glenn, 2003). O riso tem significação social e, por isso, pode ser usado para identificar e negociar a pertença a grupos e dinâmicas de poder, segundo Glenn (2003). A compreensão do humor enquanto prática social ajuda a compreender o poder da ridicularização: gozar com alguém não manifesta apenas a desaprovação de algo que esteja a ser ridicularizado, mas acima de tudo o riso “desafiliativo” funciona para ativamente excluir a pessoa visada (Abrahams, 2021). Mesmo se a pessoa visada não quiser saber das normas subjacentes ao riso, ela pode ainda sentir a sua exclusão, acrescenta o autor. Isto ajuda a explicar não apenas por que o alvo pode responder à ridicularização tentando rir também, mas igualmente por que rir também pode funcionar para romper com a ridicularização (Abrahams, 2021).

Freud (1905) [2003] defendia que por satisfazer os impulsos agressivos, sublimando-os, o humor se tornava particularmente adequado a ataques a autoridades políticas (Schutz, 1977). Esta agressão subliminar, que alivia a tensão, torna o humor terapêutico para ambos humoristas e as suas audiências (Paletz, 1990).

O humor é sempre político no sentido em que está enraizado nas relações de poder e contribui para a formação de identidades. Como tal, o humor é uma área importante dos Estudos Culturais (Holm, 2017). Segundo Nieuwenhuis e Zijp (2022), o humor é sempre político no sentido em que radica num mecanismo de exclusão e inclusão, enraizado em hierarquias sociais ao ponto em que a natureza política do humor é apenas debatida e reconhecida dependendo do contexto histórico e cultural. Davies (2011), defende que “as piadas são um termómetro e não um termóstato; elas providenciam uma indicação do que está a acontecer numa sociedade, mas não tomam o sentido oposto nem mudam ou reforçam os processos sociais que lhes conferiram sentido de qualquer modo importante.” (p.248).

A sociologia do humor mostra que o humor está sempre embutido nas relações sociais e desempenha um papel na negociação dessas relações sociais e hierarquias (Kuipers, 2015). Os académicos, segundo Nieuwenhuis e Zijp (2022), tendem a prestar atenção às interseções entre comédia e hierarquias sociais, por um lado, e a formação de identidades culturais, por outro lado, tomando-se por exemplo estudos sobre humor (anti)racista (vide Billig, 2005; Pérez, 2013; Weaver, 2011), comédia e deficiência (vide Lockyer, 2011), género e humor (anti)feminista (vide Kypker, 2021; Proulx, 2018) e humor e a classe social (vide Weaver, 2021).

Quirk (2018) aponta para a difusão alargada da ideia, tanto na indústria do entretenimento como na sociedade em geral, de que os humoristas se opõem necessariamente ao poder, embora não exerçam poder por si próprios.

Recorremos aqui a Paletz (1990), que apresentou quatro categorias de humor relativamente ao seu posicionamento face ao poder político: tolerante, favorável, corrosivo e subversivo. Na sua relação com autoridades políticas, o humor pode variar entre o tolerante e o seu oposto, o humor subversivo. Os três primeiros tipos de humor são geralmente bem aceites socialmente; no entanto, o humor subversivo afasta-se do consenso e pode pôr em causa o sistema, as instituições e o regime, segundo o autor.

2.2. Sátira Política

O humor torna-se essencial como forma de aproximar os políticos e os cidadãos. É usado como maneira de criticar o governo, indicando aspetos da governação que podem ser alterados, mas, ao mesmo tempo, evitando agressividade (Cohick et al, 2006): “O humor é usado como forma de persuasão, torna os assuntos mais cativantes e os argumentos mais compreensíveis” (Cabrera, 2010, p.5).

Vários estudos comprovam que os políticos assim como os eleitores informam-se em programas de entretenimento e esta situação é comum em períodos eleitorais (Cabrera,

2010). Gamson (1999) apontava que o entretenimento televisivo poderia influenciar a construção de ideias políticas. Mais recentemente, Polk, Young e Holbert (2009) observaram que os programas de humor com conteúdo político contribuem para salientar assuntos sobre os quais o público pode exercer escrutínio.

Boskin (1990), por sua vez, defendia que o humor político reflete a ligação e a relação com o poder, sendo enquadrado pela ideologia. Isto significa que o foco do humor incide sobre a política oficial e não põe em causa o sistema. Adicionalmente, o humor é visto como ajudando a desfazer tabus (Cabrera, 2010).

A sátira deriva do termo em latim *satura*, que pode ser traduzido por “mistura”. Qualquer ato de sátira política é uma amalgama de vários tipos de mensagem (e.g. ironia, sarcasmo, paródia), que sofrem permutações diversas (Holbert, 2013). A bibliografia sobre o tema identifica tipos clássicos de sátira política: horaciano, juvenaliano, menipeniano. (Knight, 2004). A sátira horaciana tem esta denominação por se inspirar no poeta romano, Horácio. Segundo Olaniyan (2015), este tipo de sátira pretende criticar e não atacar vícios ou loucuras, pelo que o tom da sátira horaciana não é duro, mas sim gentil, fazendo uso de um tipo de gozo espirituoso e leve. A sátira juvenaliana, por sua vez, advém do poeta e retórico, Juvenal. Segundo a mesma autora, é um tipo de sátira mais duro do que o Horaciano porque procura atacar as loucuras e vícios da sociedade através do escárnio e do ridículo. A sátira menipeniana tem origem na obra de Menipo. Este estilo de sátira é o mais antigo, caótico e complexo (Olaniyan, 2015). A sátira menipeniana tende a criticar a estrutura do mundo e interpreta os vícios e as loucuras humanas como uma doença social, de acordo com a autora.

Uma compreensão cabal do objeto satirizado não é necessária para que a sátira tenha humor, muitas vezes bastando o que é surpreendente e inesperado (Matthes & Rauchfleisch, 2013). De facto, a audiência só se ri quando o humor não constitui uma ameaça à sua própria imagem (Meyer, 2000), interpretando a sátira no quadro das suas próprias experiências e valores (Zillmann & Cantor, 1972). Muitas vezes, o significado da sátira é apenas apresentado implicitamente devido à ironia ou sarcasmo (Simpson, 2003). Neste caso, as interpretações podem ser guiadas por crenças pré-existentes e, portanto, as pessoas veem as reflexões das suas próprias preferências na sátira (Podlas, 2011). Consequentemente, quando o significado da sátira não é claro, as pessoas não se sentem ameaçadas e encontram humor mesmo quando a sátira foi incongruente com a sua própria visão do mundo (Boukes et al., 2015).

O debate surge à volta da questão sobre se a sátira política e os seus programas potenciam ou prejudicam a democracia (Hart & Hartelius, 2007; Young & Esralew, 2011).

Trabalhos recentes acerca dos efeitos persuasivos da sátira política têm tentado interligar o estudo da persuasão política com abordagens mais teóricas do humor (Young, 2008), incidindo sobre a expansão do leque de resultados que o consumo de sátira política pode gerar (e.g. alteração de modelos mentais (Esralew & Young, 2012)). Tipos únicos de sátira (juvenaliano, horaciano etc.) produzirão tipos diferentes de efeitos persuasivos (Holbert et al., 2011).

Boukes et al. (2015) consideram, contudo, que os efeitos persuasivos da sátira política são mínimos, existindo pouca evidência, até à data, de ganhos de conhecimento provenientes do consumo de sátira política. Efetivamente, a sátira é um tipo de mensagem que ataca através do entretenimento (Knight, 2004), constituindo as notícias dos media tema recorrente de sátira há largas décadas, como forma implícita de crítica social (Boukes et al. 2015).

De momento, não existe evidência clara que a sátira política seja necessariamente positiva ou negativa para a democracia (Holbert, 2013). No entanto, o tipo de reflexão e a adoção de outra perspetiva no consumo de sátira política induz numa virtude cívica, sendo de mencionar a este propósito que, tomando como ponto comparativo indivíduos de faixas etárias superiores, os jovens adultos ficam mais absortos com itens satíricos do que com notícias regulares (Boukes et al., 2015).

Day (2011) afirmou também que os satiristas políticos têm pensamento crítico, são reflexivos e que o seu tipo de discurso é positivo para o desenvolvimento do civismo. Em linha com este posicionamento, encontra-se a constatação de LaMarre e Walther (2013), que consideram o conteúdo satírico como demonstrativo de invocação de mais pensamentos positivos no que toca ao sujeito visado do que as notícias críticas. Em vez de escrutinar o target da mensagem, as pessoas escrutinam a mensagem satírica porque providencia sinais de que o

seu teor não é para ser levado a sério (Boukes et al., 2015). Segundo Lamarre et al. (2014), os recursos cognitivos disponíveis para se contestar argumentos dominantes, através da sátira, são maiores quando se é exposto a uma sátira mais leve por não ser necessário pensar tanto, sendo o item satírico imediatamente interpretado como engraçado.

Adotando uma perspectiva contrária àquela anteriormente apresentada, Baumgartener e Morris (2006) notaram que espetadores frequentes de sátira política reportaram mais percepções negativas de candidatos políticos, assim como menor fé no sistema eleitoral.

CAPÍTULO 3

Metodologia

Na obra *Methods of Critical Discourse Studies* (Wodak & Meyer, 2015), demonstra-se que os estudos crítico-discursivos se debruçam sobre o uso da linguagem que ocorre "naturalmente" por utilizadores reais da linguagem. Tomou-se esta obra como ponto de partida para explorar quais os *topoi* e falácias informais que são utilizados para fins humorísticos e de forma despropositada no nosso corpus analítico.

Nos estudos crítico-discursivos, há um foco nas dinâmicas sociocognitivas e nos movimentos e jogadas de interação. Isto remete para o humor que, de acordo com Abrahams (2021), constitui uma prática social, sendo que a prática humorística tem o poder de incluir pessoas num certo grupo ou mesmo excluí-las. Segundo Fairclough e Wodak (1997), a linguagem é uma prática social e, por isso, o contexto em que é utilizada é crucial. O discurso é socialmente constitutivo bem como socialmente condicionado –

constitui situações, objetos de conhecimento e identidades sociais de pessoas, mediando entre pessoas e grupos de pessoas. O humor, segundo Abrahams (2021), pode efetivamente ser descrito desta forma.

Para além disso, o poder é um conceito central para os estudos crítico-discursivos (e para todos os campos sociais), sendo que o discurso, nomeadamente o humorístico, reproduz a dominação social através de fenómenos de inclusão, exclusão e subordinação. Os estudos crítico-discursivos procuram, pois, analisar, compreender e explicar fenómenos sociais e não apenas investigar unidades linguísticas (Wodak, 2012; van Dijk, 2013), resultando assim numa possível justaposição entre os estudos crítico discursivos (que abordam os *topoi* e as falácias) e o humor. Na análise histórico-discursiva, no âmbito da teoria da argumentação, os *topoi* podem ser descritos da seguinte forma:

“... partes da argumentação que pertencem às premissas obrigatórias, explícitas ou implícitas. Os *topoi* são justificações relacionadas com o conteúdo ou regras que ligam o argumento(s) à conclusão. Como tal, estes itens justificam a transição do

argumento(s) para a conclusão.” (Kienpointer, 1992, como citado em Wodak & Meyer, 2001, p. 74)¹

A análise dos esquemas argumentativos típicos, relacionados com conteúdo discursivo político, pode ser realizada recorrendo-se à lista de 15 *topoi* apresentada por Wodak no seu capítulo sobre análise histórico-discursiva (in Wodak & Meyer, 2001), embora essa lista seja incompleta e nem sempre disjuntiva, o que permitirá identificar vários *topoi* no mesmo excerto de texto. A propósito, noutras obras acerca de Análise Crítica do Discurso como *The Discourse of Politics in Action* (Wodak, 2009) e *On the ‘Europeanisation’ of Identity Constructions in Polish Political Discourse after 1989* (Krzyzanowski, 2009), os autores compilam listas em que é possível ir adicionando novos *topoi* à medida que os autores os identificam em textos.

Apesar dos *topoi* se debruçarem sobre o conteúdo discursivo (Wodak e Meyer, 2001), uma vez que se trata de esquemas argumentativos típicos, é possível aplicá-los em textos com um pendor político tanto à Esquerda como à Direita.

Esta dissertação pretende, assim, inspirar-se na grelha de *topoi* originalmente apresentada por Wodak em 2001, aplicando-a à análise do humor político, procurando-se, neste processo, contribuir para a atualização de algumas das categorias discursivas aí apontadas, à luz do contexto específico do nosso objeto de estudo.

Maraev *et al.* (2021) referem-se aos *topoi* enquanto princípios de raciocínio reconhecidos dentro de uma comunidade sociocultural. Neste artigo, os autores defendem que o efeito humorístico das piadas e de outros discursos é muitas vezes criado através da justaposição dos *topoi* invocados, ou a evocação de *topoi* que se relacionam com uma dada situação, presente nos tipos de piada que seguem um guião. Esse guião fundamenta-se, por sua vez, em pressupostos socioculturais (ou conhecimentos pré-existentes) que fazem com que a piada seja compreensível apenas por quem domina esses mesmos pressupostos. Por exemplo, as piadas relativas à pandemia do SARS-CoV-2 só são compreensíveis a partir do ano em que a pandemia surgiu, não fazendo sentido anteriormente.

Por outro lado, Wodak (2001) aborda os *topoi* como sendo justificações relacionadas com o conteúdo ou regras que ligam o argumento(s) à conclusão, ou, de maneira menos formal, citando Richardson (2004), reservatórios de ideias-chave generalizadas através das

¹ Tradução própria.

quais certas declarações ou argumentos podem ser criados. Wodak aplica esta definição de *topoi* ao analisar textos nacionalistas e populistas da extrema-direita austríaca. Esta dissertação procura, pois, cruzar as análises quer de Wodak (2001), quer de Maraev *et al.* (2021), aplicando os 15 *topoi* selecionados por Wodak à análise do humor – político, neste caso -, visto que a lista de categorias de Wodak se aplica a textos de índole política.

Adicionalmente, segundo Wagner e Schwarzenegger (2020), o humor serve de canal para amplificar a mensagem populista, existindo então uma ligação entre os dois que é posta em evidência nesta dissertação, uma vez que se está a utilizar critérios advindos de artigos que analisam o populismo no humor político.

Tanto os *topoi* como as falácias são dispositivos argumentativos, tratando-se de dimensões relevantes para uma análise compreensiva da argumentação (Wodak e Meyer, 2015). Wodak e Meyer (2001), por um lado, bem como Blassnig *et al.* (2019), por outro, analisam corpus de cariz político através dos *topoi* ou das falácias informais. Daí que se proponha, nesta dissertação, analisar as mesmas categorias num corpus também político e, para além disso, humorístico.

Os resultados de Blassnig *et al.* (2019) mostram que as falácias informais estavam presentes em mais de um terço quer dos comunicados de imprensa de partidos populistas de direita, quer das notícias de jornal impresso durante as eleições no Reino Unido e na Suíça em 2015. Partindo destes resultados, conclui-se que as falácias informais têm um peso considerável na argumentação apresentada em notícias e comunicados de imprensa de cariz político. Daqui surgiu a hipótese de que, uma vez que as falácias informais têm peso em conteúdo político, o mesmo se verificaria em conteúdo político satírico.

Já Zurloni e Anolli (2013) apontam várias falácias informais (*argumentum ad baculum*, *argumentum ad hominem*, falácia da fraca analogia e *argumentum ad consequentiam* – as quais também estão presentes em Blassnig *et al.* (2019)), que são estrategicamente utilizadas por políticos de modo a estabelecer posições fortes e coerentes. Sendo que a sátira política presente nos objetos analisados pretende responder à atualidade política, em que os intervenientes são políticos, o nosso corpus analítico revela posições também elas fortes e coerentes, as quais se prestam a ser desconstruídas mediante análise de falácias enquanto instrumentos discursivos com significação sociocultural.

3.1. Argumentação

A evolução recente do estudo da argumentação é alcançada pelos contributos recentes de filósofos, lógicos formais e informais, analistas de discurso e conversação, académicos de comunicação, entre outros (F. H. van Eemeren & Grootendorst, 1992). O estudo da argumentação é moldado por várias contribuições teóricas como, por exemplo, a nova retórica de Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, o framework analítico de Stephen Toulmin, a problematologia de Michel Meyer, as epistémicas sociais de Charles Willard, a lógica informal de Anthony Blair e Ralph Johnson, a abordagem pós-padrão das falácias, a lógica natural de Jean-Blaise Grize e a dialética formal de Else Barth e Erik Krabbe (van Eemeren & Grootendorst, 1992).

A teoria da argumentação remonta à antiguidade clássica (vide Rubinelli, 2009). Pensadores como Aristóteles e Cícero marcaram a teoria da argumentação que se pode dividir em analítica (lógica silogística), dialética e retórica (Zurloni & Anolli, 2013). Segundo Zurloni e Anolli (2013), a dialética prende-se com a condução de uma discussão crítica que é dialética porque uma interação sistemática toma lugar entre passos a favor e contra uma tese em específico. Nos argumentos de dialética, as premissas do argumento são sempre afirmações que não são supostamente verdade, mas são na generalidade aceites. Por último, a retórica, segundo estes autores, incide sobre os meios mais adequados para convencer uma audiência específica. Em argumentos de retórica, as premissas precisam apenas de ser plausíveis para convencer a audiência (Zurloni & Anolli, 2013). A teoria da argumentação lida com uma atividade verbal específica, a produção de argumentos no suporte de um ponto de vista (Zurloni & Anolli, 2013). Segundo Mateus (2018), a diversidade da argumentação deve ser vista, numa perspetiva holística, como uma unidade que obedece a um determinado fim. Segundo Zurloni e Anolli (2013), a lógica lida com a razão e com a derivação da verdade de proposições, com base na veracidade de outras proposições, e não com a atividade verbal de fornecer argumentos para promover a aceitabilidade do ponto de vista.

Em contraste, a teoria da argumentação olha para o argumento enquanto atividade comunicativa e dá conta de todos os fatores contextuais, sintáticos, semânticos e pragmáticos na produção e interpretação dos argumentos (van Eemeren *et al.*, 1996). Zurloni e Anolli (2013) reconhecem que isto vai implicar que os pontos de vista e os argumentos sejam muitas vezes produzidos de modo implícito ou indireto, sendo

produzidos e compreendidos no seio do contexto das atividades práticas e de atos discursivos. Toulmin (1958) apontava para a validade das conclusões argumentativas como dependentes dos contextos discursivos nas quais ocorrem. Efetivamente, o modelo de diálogo para a argumentação de Toulmin (1958), segundo Zurloni e Anolli (2013), concebia a argumentação enquanto sequência de jogadas de diálogo cuja validade é sensível ao contexto social e discursivo do próprio discurso.

Em Walton (2008), esta perspectiva é estendida, acrescentando-se casos em que o que constituiria uma falácia num certo discurso seria permitido noutro. A “Nova Dialética”, proposta por Walton (1998), debruça-se sobre os tipos de argumentos mais comuns do quotidiano, baseando-se na razão presuntiva em vez de lógica dedutiva ou indutiva. A razão presuntiva funciona adivinhando, isto é, tira-se uma conclusão e se aceita a mesma na base da tentativa, estando este processo sujeito a uma possível retração, altura em que nova argumentação altera o cenário (Walton, 1998).

Em suma, as estratégias argumentativas são esquemas metódicos de jogadas para influenciar o resultado de uma etapa de dialética, em particular, ou da discussão como um todo, para a própria vantagem do orador. Essa estratégias manifestam-se de uma maneira sistemática e coordenada, permitindo explorar as oportunidades permitidas por essa etapa (Zurloni & Anolli, 2013).

O orador deve conhecer bem o auditório (ou audiência) ao qual se dirige (Mateus, 2018), por forma a poder modelar a forma argumentativa mais propícia a cada caso. De modo a escolher as formas argumentativas mais adequadas, é necessário constituir as premissas comuns (explícitas ou implícitas), que estão na base do possível acordo prévio que se estabelece entre o orador e o auditório. Isto traduz-se na construção de uma relação comunicativa, que se caracteriza por elementos em comum para desenvolver a argumentação (Mateus, 2018).

Segundo Perelman (1993), há uma adesão às premissas que existe a priori, tendo por objetivo final a persuasão com vista à aceitação das conclusões (cf. Mateus, 2018). Mateus (2018) observa que este acordo prévio corresponde a uma “espécie de atalho da persuasão” (p.127). O orador aproveita a aceitação prévia por parte da audiência para induzir uma aceitação nova a partir da previamente existente. Conforme realçado por Mateus (2018, p. 128), “a força da argumentação só é possível porque existe um orador que estabelece o início da argumentação naquilo em que o auditório já acredita e para o qual já se encontra motivado”.

O acordo prévio, referido por Perelman, detém dois elementos, o acordo sobre o real e o acordo sobre o preferível. O acordo sobre o real é aquele que delimita o que o auditório e o orador compreendem ser real: são as verdades, as presunções (crenças, da parte do auditório, de que algo é como é, partindo de indícios) e os factos (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 1996).

Por sua vez, o acordo sobre o preferível tem por base os valores, as suas hierarquias e lugares. Os valores morais são os mais importantes uma vez que tendem a definir as regras subjacentes à coexistência em sociedade, segundo os autores. Por isso, os valores estão no princípio e no final da argumentação retórica: no princípio porque integram o acordo sobre o preferível, orientando o discurso retórico; no final da argumentação, porque é comum provar-se a plausibilidade de uma tese recorrendo-se aos valores que a regem (Mateus, 2018).

É de notar que o domínio da argumentação gravita na plausibilidade e não na demonstração de irrefutáveis evidências, afirma o autor. O acordo sobre o preferível é estabelecido de acordo com os lugares do preferível, ou seja, um consenso generalizado em torno do valor de algo; trata-se de um aspeto partilhado: “Os lugares-comuns do preferível são formas argumentativas pré-existentes nas quais se regista uma grande pré-disposição de aceitação por parte do auditório” (Mateus 2018, p. 134). Assim, os lugares do preferível revelam-se importantes para a adesão do auditório uma vez que se trata de “formas pré-existentes” ou “modelos padronizados” (Mateus, 2018).

3.1.1. *Topoi*

Na retórica clássica, o termo *topos* representa lugares a partir dos quais o orador pode descobrir argumentos apropriados a uma situação particular (Sherwood, 2013). Na *Arte da Retórica* de Aristóteles, este filósofo descreve os *topoi* como “uma seleção de premissas acerca de probabilidades e o que é mais adequado” (Aristotle, 1926, p. II xxii, 10). Aristóteles refere 28 *topoi*, entre os quais premissas baseadas nas qualidades da oposição, semelhança, relação, tempo, definição, indução, enumeração de partes e contradição. Interpretando Aristóteles, Grimaldi (2020)) caracteriza os *topoi* não enquanto um simples modo mecânico para invenções de retórica, como alguns académicos sugerem, mas antes como tentativa de providenciar uma maneira sistemática de chegar ao conhecimento comum. Os *topoi* podem assim ser caracterizados enquanto instrumentos “heurísticos que têm a característica potencialmente dinâmica de energizar o pensamento formando significado” (Enos & Lauer, 1992, p. 206). Em vez de instrumentos estáticos e obsoletos, os *topoi* podem

potenciar ideias através do “conhecimento socialmente partilhado de tais modos de pensamento relacional”, facilitando a “invenção através de discurso partilhado” (Enos & Lauer, 1992, p. 206). Para que o *topos* se mantenha enquanto instrumento dinâmico de invenção partilhada, este deve ser adaptável a diferentes circunstâncias, propósitos e culturas; em suma, deve ser sensível à mudança dos tempos.

Cícero e Quintiliano expõem, segundo Sherwood (2013), que os *topoi* são úteis não apenas para a oratória “séria”, mas também para o humor apropriado à audiência. De acordo com Grant (1924), Aristófanes, na sua obra *Tractatus Coislinianus*, propõe uma teoria da comédia baseada numa lista de *loci ridiculi* (lugares engraçados). Neste manuscrito, incluem-se 16 *loci* (*topoi*), ou lugares de onde o humor advém, divididos em duas categorias: dicção e coisas. A dicção perfila homónimos, sinónimos, diminutivos, entre outros, relacionados com a gramática e a sintaxe. Na categoria das coisas, o riso advém de assimilação (para o melhor ou para o pior), decepção, o impossível, o possível e inconsequente, o inesperado, a exposição degradante de personagens, o uso de danças apalhçadas e a falta de sequência ou lógica (Cooper, 1922).

No entanto, Chris Holcomb (2001), na linha do especialista em oratória na Antiguidade romana, Quintiliano, aponta para a futilidade de se tentar fazer uma lista definitiva das fontes do humor. Segundo Holcomb, “os gracejos são demasiado idiossincráticos e demasiado abertos à diversidade de interpretações para que se possa determinar, uma vez por todas, o seu tema e função” (Holcomb, 2001, p. 98).

“Esta noção (de *topoi*) oferece um quadro teórico para mapear o que uma cultura em particular, ou comunidade, geralmente acha engraçado. Isto é, um conjunto de *topoi* pode constituir terreno comum (*communis locus*), permitindo que o conteúdo e o objetivo dos gracejos sejam partilhados.” (Holcomb, 2001, p. 98)

O facto de que algumas coisas que os gregos e os romanos achavam divertido (como deformidades físicas) já não entreterem a generalidade das audiências contemporâneas ilustra que os *topoi* variam de cultura para cultura (Sherwood, 2013).

“É expectável que os *topoi* dos gracejos mudem não apenas entre grupos e culturas, mas também através dos tempos. O modo como estes *topoi* são

reproduzidos, revistos, esquecidos ou substituídos pode servir de índice de mudança social.” (Holcomb, 2001, p. 98)

Segundo King (1975), os *topoi* podem ser literalmente definidos como lugares na mente onde itens de informação (ideias, argumentos etc.) podem ser armazenados. Os *topoi* fornecem um procedimento para procurar material apropriado a qualquer tema na memória de um indivíduo, segundo o autor. Segundo vários estudos citados por King (1975), os *topoi* funcionam como gerador de discurso numa variedade de contextos comunicativos, cumprindo um largo número de tarefas comunicativas.

Para Aristóteles, os *topoi* existiriam (Nelson, 1969) porque a mente está organizada para corresponder à estrutura dos acontecimentos e as situações que encontramos na natureza. A retenção de informação e a lembrança da mesma, defendia Aristóteles, funcionariam de acordo com associações feitas na mente entre itens de informação que estão estruturados de acordo com certos “padrões”, ou sob certas condições. Este filósofo desenvolveu “leis de associação” (Bright, 1961), que se traduzem no seguinte:

1. Ideias formadas simultaneamente reproduzem-se umas às outras;
2. Ideias formadas sucessivamente reproduzem-se umas às outras;
3. Ideias semelhantes reproduzem-se umas às outras;
4. Ideias contrastantes reproduzem-se umas às outras.

Assim, o processo de associação procede de modo geométrico bem como aritmético, pelo que é logicamente possível lembrar um grande número de ideias através de um número relativamente pequeno de *topoi* (King, 1975). Deste modo, Aristóteles sugere que um *topos* pode ser um termo subordinante que identifica a dimensão crítica comum através da qual todas as ideias numa dada categoria estão relacionadas – como tal, pode funcionar como “ponto de partida” para uma progressiva associação de ideias, de subordinante a subordinada (King, 1975). Um sistema topical, capaz de identificar todas as dimensões através das quais os itens na memória podem ser relacionados, proporcionará ao indivíduo os meios para recordar qualquer ideia de qualquer categoria, segundo o autor.

Na obra intitulada *Tópicos* (350 a.C./1936), Aristóteles desenvolveu um modelo de sistema topical, dividido em conjuntos de *topoi* universais e vários sub-conjuntos de *topoi* específicos, para vários assuntos. Os *topoi* universais incluíam 14 termos (“essência”, “quantidade”, “qualidade” etc.), os quais Aristóteles concebia como podendo incluir todas

as maneiras através das quais os itens de informação poderiam estar relacionados uns com os outros, providenciando assim um “índice” para os conteúdos de armazenamento de memória. Os *topoi* poderiam então constituir um procedimento para pesquisar, na memória, material apropriado para qualquer tema.

Segundo Nelson (1969), um sistema topical serve presumidamente para o comunicador enquanto ferramenta para a descoberta de “opções de mensagem” disponíveis numa dada situação comunicacional e, por isso, pode ser uma ajuda poderosa para o processo da criação de discurso e, talvez, da disposição do discurso. A lembrança de uma palavra subordinada como “vaca” presumivelmente invoca a palavra subordinante “animal”, o que conduz à lembrança das palavras “cão” e “gato”. Os *topoi* desempenham uma função na memória humana porque representam “pistas” conceptuais para itens, na memória, que derivam da consciência de algumas relações abstratas entre ideias (King, 1975).

Segundo Nelson (1970), os *topoi* representam um conjunto de “etiquetas” exaustivo e mais ou menos discreto que identificam pontos no espaço semântico onde o conhecimento importa. Os *topoi* são então a ordem mais elevada que a linguagem da abstração permite, enquanto retém integridade para representar as várias dimensões da conceptualização humana; isto é, os *topoi* são “etiquetas” para estruturas subordinantes da cognição humana (King, 1975), fornecendo pistas neutras para processos conceptuais, ao mesmo tempo que percorrem todas as divisões do conhecimento conectadas humanamente. Independentemente do tema em questão, os *topoi* são classificadores viáveis e generalizáveis em todos os casos, permitindo abrir um maior leque de significado para a audiência (Nelson, 1970).

Segundo Rubinelli (2009), bons argumentos muitas vezes não advêm da lógica formal dedutiva, pois são demasiado estreitos para serem usados em assuntos práticos em que o orador estará interessado. É esse intervalo entre o rigor da lógica formal e o potencial emotivo da retórica que as teorias antigas de *topoi* foram desenvolvidas para preencher. Os *topoi* providenciam ao orador argumentos que podem nem sempre ser válidos no sentido mais formalmente estrito, mas retiram conclusões persuasivas das premissas, mesmo que com exceções (Rubinelli, 2009). Segundo Rubinelli (2009), um *topos* foi definido como um “ponto de vista” (Hambruch, 1904) ou uma “lei não analítica” (Bochenski, 1951), ou um “axioma” (Ebbesen, 1981). Ao contrário destas representações, Rubinelli (2009) afirma que os *topoi* se referem a um conceito dinâmico e pragmático.

Há tentativas de definir os *topoi* como “linhas argumentativas” ou como um “princípio de inferência externa” (Primavesi, 1996), ou como um “tipo de proposição e princípio” (Slomkowski, 1997). Estas são características que genuinamente se aplicam ao conceito, embora não façam justiça à estrutura interna de um *topos*, segundo Rubinelli (2009). Um *topos* é, assim, de acordo com a mesma autora, um tipo de conector de inferências que garante a plausibilidade do caminho a partir de certas premissas até às conclusões controversas. A legitimidade dos *topoi* deriva do facto de serem normativamente obrigatórios: se o ouvinte aceitar a premissa do argumento do orador, o argumento é um caso de um *topos* genuíno, corretamente aplicado.

Segundo Zagar (2010), um *topos* é uma forma ou padrão argumentativo e os argumentos concretos são instanciações desta forma geral. Tomemos, a título de exemplo, um *topos* segundo Aristóteles: Se a ação Y é desejável em relação ao objeto X, a ação contrária Y’ deve ser desaprovada em relação ao mesmo objeto X. Na Análise Histórica do Discurso, no âmbito da teoria da argumentação, os *topoi* podem ser descritos como partes da argumentação que pertencem às premissas obrigatórias, explícitas ou implícitas (Wodak & Meyer, 2015). Os *topoi* são garantias relacionadas com o conteúdo ou regras que ligam o argumento(s) à conclusão, segundo estes autores. Como tal, os *topoi* justificam a transição do argumento(s) para a conclusão (Kienpointner, 1997). A análise dos esquemas argumentativos típicos relacionados com conteúdo pode ser desempenhada através da lista de *topoi*, embora incompleta e nem sempre disjuntiva (Wodak & Meyer, 2015). Isto remete para a ideia de *locus communis*, que, segundo Rubinelli (2009), é um argumento pré-concebido que não conduz a construção de um argumento, mas pode ser transferível para vários casos semelhantes e tem a principal função de dotar à audiência de um enquadramento mental favorável. Isto, segundo Zagar (2010), traz-nos mais perto da definição inerente à Análise Histórica do Discurso. Para Zagar (2010), é dada a impressão de que a Análise Histórica do Discurso não usa a definição aristotélica ou ciceriana, mas antes uma definição associada aos “*topoi* literários”, desenvolvida por Curtius em 1990. Um “*topos* literário” está associado a histórias da oralidade passadas a partir de sociedades pré-históricas, contendo aspetos literários, personagens ou locais que aparecem várias vezes nas histórias das civilizações antigas, textos religiosos, arte e até histórias memoráveis. Wodak e Meyer (2015), em *Methods of Critical Discourse Studies*, apresentam uma lista de 15 *Topoi* em conjunto com uma breve explicação de cada um:

1. Utilidade, vantagem;

2. Inutilidade, desvantagem;
3. Definição, interpretação nominal;
4. Perigo e ameaça;
5. Humanismo;
6. Justiça;
7. Responsabilidade;
8. Sobrecarga, ponderação;
9. Finanças;
10. Realidade;
11. Números;
12. Lei e direito;
13. História;
14. Cultura;
15. Abuso;

1. O *topos* da vantagem ou utilidade pode ser parafraseado através da seguinte conclusão: se uma ação sob um ponto de vista específico relevante pode ser útil, então o sujeito deve executá-la. Neste *topos* surgem outros sub-*topoi* como, por exemplo, o *topos* “pro bono publico” (para a vantagem de todos), o *topos* de *pro bono nobis* (para a vantagem nossa) e o *topos* de *pro bono eorum* (para a vantagem deles).

2. Tal como o *topos* da vantagem ou utilidade, o *topos* da desvantagem/inutilidade também é um esquema argumentativo causal, mas contrastando com o primeiro, o segundo reside no condicional. Se o sujeito pode antecipar que as consequências de uma decisão não vão ocorrer, ou se outras ações políticas são mais prováveis de conduzir a uma certa direção, a decisão terá de ser rejeitada. Se as regras existentes não ajudam a alcançar o objetivo em questão, elas têm de ser mudadas.

3. O *topos* de definição ou da interpretação nominal (*locus a nominis interpretatione*) pode ser definida pela seguinte regra de conclusão: se uma ação, objeto ou pessoa (grupo de pessoas) é nomeado/designado enquanto X, a ação, objeto ou pessoa (grupo de pessoas) carrega ou deve carregar com as qualidades/traços/ atributos contidos no sentido literal de X.

4. O *topos* do perigo ou *topos* da ameaça é baseado na seguinte condição: se uma ação política ou decisão tem consequências perigosas ou ameaçadoras, o sujeito não a deve executar. Isto é, se existem perigos ou ameaças, o sujeito deve fazer algo contra eles. Existem vários subtipos deste esquema de argumentação por exemplo o *topos* da ameaça de racismo: se demasiados emigrantes ou refugiados entrarem no país, a população nativa não irá colaborar com a situação e tornar-se-á hostil a estrangeiros. Este esquema argumentativo pode conduzir a uma reversão entre a vítima e o agressor. As vítimas são por isso responsabilizadas pelos problemas dirigidos a eles.

5. O *topos* da humanidade pode ser parafraseado do seguinte modo: se uma ação política ou decisão não estiver em conformidade com os direitos humanos ou com convicções e valores humanitários, o sujeito não deve executar ou aceitá-la. Este *topos* pode ser empregue em todas as situações em que o sujeito argumenta contra tratamento desigual ou discriminação e pugna pelo reconhecimento das diferenças raciais, étnicas, religiosas, de género, entre outras.

6. O *topos* da Justiça é baseado no princípio de direitos iguais para todos. Significa que se pessoas/ ações/ situações forem iguais em aspetos específicos, elas devem ser tratadas do mesmo modo.

7. O *topos* da responsabilidade, pode ser resumido do seguinte modo: porque um Estado ou um grupo de pessoas é responsável pela emergência de problemas específicos, deve haver ação por parte destes para encontrar soluções para os problemas. Apesar deste *topos* ser muitas vezes empregue para argumentar contra a discriminação, ou para a compensação ou reparação de um crime cometido, também pode servir o objetivo oposto, como, por exemplo, em casos em que o governo é eleito responsável pelo desemprego, sendo-lhe exigido que reduza a quota dos imigrantes por serem considerados, erroneamente, como a causa do desemprego.

8. O *topos* da sobrecarga é um *topos* causal (um *topos* de consequência) e pode ser descrito pela seguinte condição: se uma pessoa, uma instituição ou um país são afetados por problemas específicos, o sujeito deve agir de modo a diminuir esses problemas.

9. O *topos* das finanças pode ser caracterizado pela seguinte regra de conclusão: se uma situação específica ou ação custa demasiado dinheiro ou causa uma perda de receita, o sujeito deve agir para diminuir esses custos, ou ajudar a evitar a perda. Aproxima-se do *topos* da sobrecarga.

10. O *topos* da realidade é um esquema argumentativo tautológico que pode ser parafraseado do seguinte modo: como a realidade é como é, a ação específica/decisão deve ser feita. Um exemplo geral será o seguinte: as realidades políticas, económicas e sociais mudaram e por isso a lei deve mudar por causa disso

11. O *topos* dos números pode ser traduzido do seguinte modo: se os números comprovarem um *topos* específico, uma ação em específico deve ser executada ou então não deve ser levada a cabo de todo. Este *topos* pode tornar-se falacioso se estiver relacionado incorretamente com maiorias que não são verificadas empiricamente.

12. O *topos* da lei/direito pode ser definido do seguinte modo: se uma lei ou uma norma proibir uma ação político-administrativa em específico, a ação tem de ser executada ou omitida.

13. O *topos* da história pode ser descrito do seguinte modo: porque a história nos ensina que ações específicas têm consequências específicas, o sujeito deve agir ou omitir uma ação em específico, numa situação comparável com o exemplo histórico a que se refere.

14. O *topos* da cultura é baseado no seguinte esquema de argumentação: devido ao facto de a cultura de um grupo específico de pessoas ser como é, problemas específicos surgem em situações específicas.

15. O *topos* do abuso tem a seguinte regra: se o direito à ajuda ou uma oferta de ajuda for alvo de abuso, esse direito deve mudar, ou a ajuda deve ser retirada, ou então dever-se-á introduzir medidas contra o abuso.

Em *Discourse of Politics in Action* (2009), Wodak identifica também os seguintes *topos* adicionais: desafio, custos do alargamento da EU, pertença e “construção de um herói”. Nestes casos, a análise não é feita com base na lista de *topoi*, mas algumas partes do discurso ganham o estatuto de *topos*. Zagar (2010) afirma, por isso, que se existirem *topoi* que possam ser adicionados à lista, presumivelmente também será possível que alguns *topoi* sejam eliminados da mesma lista. De acordo com este autor, não existem critérios epistemológicos nem metodológicos de procedimento, no tocante a porquê, quando, e como certos *topoi* são adicionados à lista. Efetivamente, não é conhecida qualquer tipo de grelha conceptual para ajudar a moldar esta lista de *topoi*. O autor questiona ainda se qualquer coisa pode ser um *topoi* e qual a sua definição.

Žagar (2010) defende ainda que os *topoi* da Análise Crítica do Discurso (ACD) de Wodak têm um uso irrefletido e simplificado que espelha o seu uso quotidiano, negligenciando-se assim uma elaboração mais produtiva e teórica do conceito. O autor também questiona o propósito e estado ontológico das duas definições de *topoi* empregues na ACD, nomeadamente “garantias relacionadas com conteúdo” e “ideias-chave generalizadas”. Nesta perspetiva, as garantias são muito mais do que ideias, sendo necessário mais do que apenas “ideias generalizadas para se poder assegurar a transição de um argumento para a conclusão” (Žagar, 2010).

3.1.2. Falácias

Segundo Powers (1995), todas as falácias são fruto da ambiguidade, existindo uma única falácia: o equívoco. Uma definição normativa de falácias, aceite até recentemente, defende que o argumento, sendo falacioso, parece válido, sem que o seja (Zurloni & Anolli, 2013). Carecendo de juízo crítico, as falácias podem ser entendidas enquanto argumentos racionais que conduzem a um engano, intencional ou não, para a audiência (van Eemeren & Houtlosser, 1999; Wilson *et al.*, 2012). No entanto, nas últimas décadas, os teóricos da argumentação têm apontado várias objeções a esta definição. Hoje em dia, dá-se uma definição mais abrangente, segundo a qual uma falácia é tomada como jogada deficiente no discurso ou texto argumentativo (F. H. van Eemeren & Grootendorst, 2003), ou então como “raciocínio argumentativo fraco”, facilmente confundido com um argumento forte. De modo simples, uma falácia pode ser definida como raciocínio errado ou falso com a aparência de ser verdadeiro, tratando-se de um argumento logicamente inconsistente (Mateus, 2018).

O termo falácia deriva de *fallere*, latim para enganar. As falácias informais poderão estar dotadas de uma lógica correta, mas apresentam falhas quanto à insuficiência ou irrelevância das premissas (van Eemeren & Grootendorst, 1992). Assim, uma falácia informal é aquela que se deve ao conteúdo do argumento (Zurloni & Anolli, 2013).

De um ponto de vista psicológico, uma falácia em comunicação política pode ser definida como um erro de raciocínio usado para fins enganosos. Várias falácias informais são muitas vezes utilizadas para manipulação de opinião (Zurloni & Anolli, 2013). Estes autores não defendem que as falácias sejam simplesmente um erro ou uma falha comunicacional, uma vez que, na sua opinião, uma falha envolveria alguma forma de

interrupção da troca comunicativa. Neste caso, por definição, a comunicação não pode nem falhar nem ser silenciosa, consistindo antes num contínuo e articulado sistema de processos e fenómenos que variam de maneira mutável e flexível em termos das condições dos participantes, na medida em que o contexto de uso o permite (Anolli, 2001).

De novo, numa perspetiva psicológica da comunicação e da argumentação, as falácias são consideradas opções em termos comunicacionais, uma vez que elas aumentam os graus de liberdade ao dispor do comunicador. As falácias são vinculadas ao contexto e requerem uma “gestão local” de trocas conversacionais, porque cada contexto é construído *in situ*; aqui pode emergir uma distinção entre um uso falacioso (“mau”) ou não-falacioso (“bom”) das falácias (Zurloni & Anolli, 2013).

Aristóteles coloca as falácias no contexto de dialética do diálogo na qual a tese é atacada por um partido e defendida pelo outro. Uma forma de ganhar o debate é pela recusa da tese do oponente. Deste ponto de vista, as falácias são passos incorretos na discussão ao refutar a tese (Zurloni & Anolli, 2013).

Em Whateley (1848), as falácias eram tratadas de um ponto de vista lógico, saindo da perspetiva aristotélica de diálogo e ingressando numa perspetiva de monólogo. Segundo Zurloni e Anolli (2013), aquele autor focava-se exclusivamente em erros de raciocínio em vez de manobras enganosas da parte de alguém que queria derrubar o opositor no argumento. Nesta perspetiva, os variados contextos de diálogo nos quais ocorrem as conclusões argumentativas dependem dos contextos discursivos nos quais elas ocorrem.

O modelo de Walton e Krabbe (1995), ainda segundo Zurloni e Anolli (2013), prevê que o que seria uma falácia num certo tipo de discurso não o seria noutro. Um exemplo será o *argumentum ad baculum* (ou ameaça). Falacioso na discussão crítica, pode corresponder a uma manobra argumentativa legítima em negociação. Estes autores também apontam para a existência de “*shifts*” (deslocamentos) de um tipo discursivo para outro dentro de uma argumentação. Do seu ponto de vista, “várias falácias correspondem a deslocamentos ilícitos de um tipo de diálogo para outro” (Walton & Krabbe, 1995, p. 115).

Os políticos podem usar argumentos falaciosos como ferramentas de retórica para encaminhar o discurso até à direção desejada, por forma a servir os seus melhores interesses, o que também é conhecido como *strategic maneuvering* (manobra estratégica) (F. H. van Eemeren & Houtlosser, 1999).

Nas secções abaixo elencadas, encontraremos descritivos dos diversos tipos de discurso, apontados por Blassnig *et al.* (2018), como constituindo falácia argumentativas comuns.

1. *Argumentum ad Baculum*
2. *Argumentum Ad Hominem*
3. *Argumentum Ad Consequentiam*
4. *Argumentum Ad Verecundiam*
5. *Argumentum Ad Misericordiam*
6. *Argumentum Ad Ignorantiam*
7. *Petitio Principii*
8. Fraca Analogia
9. Falácia da Derrapagem
10. Apelo à Crença Popular
11. Generalização Apressada
12. Várias Perguntas
13. Arenque Vermelho
14. Falsa Causa
15. Falácia da Palha

1. Trata-se do apelo à força ou ameaça. *Ad Baculum* contém implicitamente ou explicitamente uma ameaça. Muitas vezes tem a seguinte estrutura:

Pessoa L diz para aceitar o argumento A sob pena do evento X acontecer;

O evento X é mau, perigoso ou ameaçador;

Logo, o argumento A é um bom argumento (Zurloni & Anolli, 2013, p. 252).

2. Trata-se de atacar o oponente a título individual, em vez dos argumentos que aquele apresenta, atacando o seu caráter ou as circunstâncias em que fala, em vez de se tentar provar que a declaração do inimigo não é verdadeira ou que o seu argumento não é razoável. Supõe-se que as afirmações do orador sejam inteiramente ou parcialmente ditadas pelo seu caráter ou por circunstâncias especiais e, por isso, não devem ser tomadas em consideração. A estrutura informal é a seguinte:

Pessoa L apresenta o argumento A;

Não se pode confiar nas circunstâncias em que a pessoa L apresenta o argumento, ou no seu caráter;

O argumento A não é um bom argumento. (Zurloni & Anolli, 2013, p. 252)

O *argumentum ad hominem* trata-se do *argumentum ad verecundiam* invertido (Mateus 2018, 143), na medida em que se rejeita uma tese, ao mesmo tempo que se constrói outra ao se aludir à pessoa abominada, repudiada, criticável ou sem prestígio (Mateus, 2018).

3. Trata-se de apresentar consequências alegadamente previsíveis de uma ação proposta enquanto premissa, inferindo-se, na conclusão, que o tipo de ação é ou não é recomendado. Esta forma de raciocínio pode ser usada de uma forma positiva ou negativa, enquanto argumento para responder a uma proposta. O *argumentum ad consequentiam* é muitas vezes usado em contextos comunicativos onde dois grupos discordam relativamente ao melhor rumo a seguir (Zurloni & Anolli, 2013, p. 254).
4. O argumento da autoridade justifica a importância de uma afirmação através do valor que é atribuído ao autor. Trata-se, pois, de um argumento que se baseia na visão de um especialista (Mateus, 2018). O orador passa, por isso, a dispor de um recurso que lhe vai permitir argumentar na sombra de um autor com reputação. No entanto, essa autoridade advém do *ethos* (integridade e caráter que confere ao orador credibilidade) e da moralidade inerente ao autor que foi invocado (Mateus, 2018).
5. Trata-se de provocar compaixão ou piedade de forma a comprovar o ponto de vista (Mateus, 2018).
6. A falta de evidências é chave para esta falácia. Existem duas formas de aplicar esta falácia: ou uma posição é verdadeira porque não há provas em contrário; ou uma posição não é verdadeira porque ainda não foi provada. (Cummings 2015; Tindale 2007; Walton 1996, 2008).
7. É um argumento em que a conclusão deriva das premissas que, por sua vez, se baseiam na conclusão (Mateus, 2018).
8. Trata-se de defender que um caso é semelhante a outro. Corresponde a um tipo de estratégia na argumentação política em que os oradores se baseiam em casos que seriam semelhantes em relação a um determinado aspeto. Por os casos serem semelhantes entre si, infere-se que como um caso tem determinada característica, então o outro também a terá. Se um caso é semelhante ao outro num certo aspeto, então a semelhança confere um certo peso de plausibilidade ao argumento. Por outro lado, se os dois casos forem diferentes noutro aspeto, citar esta diferença compromete a plausibilidade do argumento (Zurloni & Anolli, 2013, pp. 253–254).

9. Trata-se de uma espécie de raciocínio negativo com consequências, onde um primeiro passo numa sequência de eventos conduzirá a um destino horrível. No argumento, há uma sequência de ações que estão conectadas, tal que uma vez que a primeira ação da série é posta em prática, seguir-se-ão as restantes ações sem maneira de as parar, até se suceder o mau destino. Este mau destino trata-se de um acontecimento final, fruto do desenrolar da sequência, e representa algo que vai definitivamente contra os objetivos ou princípios que estão estabelecidos (Zurloni & Anolli, 2013, p. 254).
10. Trata-se de assumir a plausibilidade de uma conclusão porque grande parte das pessoas acredita nela (Mateus, 2018).
11. Segundo Mateus (2018), esta falácia consiste em aplicar uma regra de forma desproporcional.
12. Isto aplica-se se a questão contém uma ou mais suposições que teriam de ser aceites por quem responde ao fazer uma resposta direta e poderá ter um efeito negativo. (Walton, 2008). Central para esta falácia é o facto da premissa da questão ser apresentada de uma forma que faz parecer que as questões já foram confirmadas. Isto causa um problema no oponente qualquer que seja a sua resposta (Tindale, 2007; Walton, 2008). O exemplo mais conhecido será “Já paraste de abusar a tua mulher?” (Walton 2008, pp.46-50). Qual seja a resposta, “sim” ou “não, confirma-se que abusa ou abusou da mulher (Walton 2008, p.40)
13. O arenque vermelho distrai - incorpora um problema irrelevante - de modo a divergir a atenção para fora do problema em discussão.
14. A falácia da falsa causa é um argumento que assume que há uma relação causal entre dois eventos, sem dar evidências que suportem. Esses eventos por vezes ocorrem simultaneamente ou conseqüentemente, no entanto, isso não significa que eles estejam relacionados.
15. Antes chamada de falácia do espantalho. É um argumento que intencionalmente dá uma má representação de uma posição específica de modo a refutá-la ou desautorizá-la facilmente. Também se o orador atacar apenas uma parte do argumento do oponente como se fosse o todo. (Blassnig et al, 2019)

Trata-se de defender que um caso é semelhante a outro. Corresponde a um tipo de estratégia na argumentação política em que os oradores se baseiam em casos que seriam semelhantes

em relação a um determinado aspeto. Por os casos serem semelhantes entre si, infere-se que como um caso tem determinada característica, então o outro também a terá. Se um caso é semelhante ao outro num certo aspeto, então a semelhança confere um certo peso de plausibilidade ao argumento. Por outro lado, se os dois casos forem diferentes noutra aspeto, citar esta diferença compromete a plausibilidade do argumento (Zurloni & Anolli, 2013, pp. 253–254).

3.2. Contextualização do Corpus Analítico

A janela temporal na qual o corpus analítico incide tem o seu início a 13 de outubro até 27 de outubro de 2021. Este período é o que corresponde à fase da não aprovação do Orçamento de Estado para 2022 (OE 2022). Esta fase foi escolhida porque estando este tema político na atualidade, os programas e peças humorísticas vão tratar este assunto de importância nacional, garantido que o humor se cruza com a política. O dia 13 de outubro foi escolhido como começo da janela temporal, uma vez que tanto o “De maneira que no fundo é muito isto” e o “Jovem Conservador de Direita” começam a mencionar temas de política nacional a partir desta data. A data de 27 de outubro corresponde à não aprovação do Orçamento de Estado, marcando o fim da janela temporal.

O OE2022 foi entregue no dia 11 de outubro de 2021 pelo ministro das Finanças, João Leão. O corpus analítico incide sobre uma época em que o Bloco de Esquerda (BE) e o Partido Comunista Português (PCP) apontavam votar contra o OE2022 (Borges *et al.*, 2021). Tanto o BE como o PCP tinham feito, em 2015, um acordo de governação, a chamada “geringonça”, com o Partido Socialista (PS) que durou até 2019. Para que o OE2022 tivesse sido viabilizado teria sido necessário que o BE se tivesse absterido. Por outro lado, se o PCP, o Pessoas-Animais-Natureza (PAN) e o Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV) se tivessem absterido o OE2022 teria sido aprovado (Lusa e Público, 2021). Outra opção para a viabilização do Orçamento seria se o PCP, o PAN e as duas deputadas não-inscritas, Joacine Katar Moreira e Cristina Rodrigues se tivessem absterido na votação. A 27 de outubro, o Orçamento de Estado foi chumbado com os votos contra da Direita (PSD, CDS-PP, Iniciativa Liberal, Chega) e do BE e do PCP (Lopes, 2021). O PS foi o único que votou a favor. Apenas o PAN e as deputadas não-inscritas abstiveram-se (Borges *et al.*, 2021).

A 13 de outubro foi revelado que André Ventura, o líder do Chega, pediu esclarecimentos ao partido espanhol de extrema-direita, Vox, acerca do mapa que este partilhou nas redes sociais que mostrava Portugal anexado a Espanha. André Ventura, no fim-de-semana anterior, tinha estado num evento do Vox, onde discursou (Lusa, 2021).

A 15 de outubro, o eurodeputado, Paulo Rangel, anunciou a sua candidatura à liderança do PSD (Partido Social Democrata), cujas eleições tinham sido marcadas para 4 de dezembro. O então presidente do PSD era Rui Rio (Rodrigues, 2021).

A 25 de outubro, o então presidente do Novo Banco, António Ramalho, disse que o Banco, que advém da resolução do Banco Espírito Santo em 2014, teria uma nova imagem marcando o “renascimento” da instituição (Lusa, 2021).

No começo do mês de outubro, o eurodeputado do CDS-PP, Nuno Melo, anunciou a sua candidatura a líder do partido, cargo ocupado, na altura, por Francisco Rodrigues dos Santos (Gomes & Pimenta, 2021).

Nesta época, continuou a estar em cima da mesa a temática do apoio do Estado à TAP, protagonizado pelo ministro das Infraestruturas, Pedro Nuno Santos, bem como a sua reestruturação, uma vez que foi anunciado no início do mês um despedimento coletivo de 72 trabalhadores (Villalobos, 2021).

Entretanto, nesse mês de outubro, o antigo Presidente da República, Ramalho Eanes, alertou para a “governamentalização” e “partidarização” das Forças Armadas enquanto fazia um discurso de homenagem. Após o discurso, questionado pelos jornalistas acerca da ameaça de partidarização, o antigo Presidente admitiu recear que o país caísse “numa situação dessas” (Lusa, 2021).

A 10 de outubro, no evento “Radiodays Europe 2021”, o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa defendeu que uma comunicação social robusta resulta numa democracia fortalecida, servindo de arma para combater radicalismos (Lusa, 2021).

Entretanto neste mês, ocorreu um aumento do preço dos combustíveis, originando diversas críticas e protestos (Brito *et al.*, 2021).

A 11 de outubro, no World Coming Out Day (inglês para Dia de Sair do Armário) foi anunciado que o novo Super Homem, Jon Kent, é assumidamente bissexual (Costa, 2021).

Nesse mesmo mês, foi revelado que a série sul-coreana, “Squid Game”, foi a maior estreia de sempre na plataforma Netflix, com 111 milhões de espectadores (*Público*, 2021). Esta série trata de 456 pessoas que têm problemas financeiros e se inscrevem num concurso

obscuro, cujo vencedor receberá 33 milhões de euros. O concurso consiste em jogar seis jogos infantis e quem não se qualificar para a ronda seguinte é morto (Lusa, 2021).

No âmbito da pandemia da Covid-19, arrancou, em meados do mês de outubro de 2021, a vacinação contra este vírus em conjunto com o da gripe (Lusa & Público, 2021).

Foi graças à “lei Covid”, mediante a qual o governo aplica medidas de clemência aos reclusos, que Armando Vara foi libertado antecipadamente da cadeia. Estando 91% da população reclusa vacinada, esta medida causou contestação. Armando Vara foi administrador da Caixa Geral de Depósitos e antigo ministro socialista (Henriques & Lopes, 2021).

3.3. Estratégia Metodológica

A estratégia metodológica a adotar será a análise de conteúdo pois possibilita conhecer e analisar o conteúdo dos objetos selecionados.

Segundo Laurence Bardin (1977) entende-se por análise de conteúdo um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

A análise de conteúdos pode ser uma análise dos "significados" (exemplo: a análise temática), embora possa ser também uma análise dos "significantes" (análise léxica, análise dos procedimentos) (Bardin, 1977). Neste caso, a pesquisa debruçar-se-á sobre a análise dos “significantes”, sendo uma falácia um procedimento discursivo erróneo com aparência racional e um *topos* um tipo de procedimento que permite passar do argumento à conclusão (Wodak & Meyer, 2015) .

Uma subcategoria da análise de conteúdo é, segundo Bardin (1977), a Análise Categorical que “pretende tomar em consideração a totalidade de um “texto”, passando-o pelo crivo da classificação e do recenseamento, segundo a frequência de presença (ou de ausência) de itens de sentido” (pp. 36-37), neste caso, os *topoi* e as falácias.

Para esta classificação e recenseamento nos textos, isto é, a análise de dados qualitativos, será utilizado o programa MaxQDA. O programa suporta funcionalidades de quantificação de análise de textos e possui também ferramentas para analisar estatisticamente os dados qualitativos.

Para a análise foram escolhidos três objetos, cada um pertencente a um canal mediático diferente. Primeiramente, foi selecionado a página de Facebook “Jovem Conservador de Direita” – trata-se de uma personagem presente nas Redes Sociais Online que satiriza a Direita portuguesa ao explorar estereótipos. Em segundo lugar, foi escolhido o “Inimigo Público” que se trata do suplemento satírico do jornal Público (tendo passado para o Expresso em 2022), que tem um pendor político aproximadamente neutro. Para este objeto, a extração dos documentos foi feita através da versão digital do suplemento em papel. Por último, escolheu-se o podcast do Observador “De Maneira que no Fundo é Muito Isto” da autoria de Tiago Dorés (antigo membro do grupo humorístico Gato Fedorento), cujos documentos foram elaborados através da transcrição de áudio. Este objeto parte de um ponto de vista de Direita satirizando principalmente a Esquerda portuguesa.

A janela temporal na qual o corpus analítico incide tem o seu início a 13 de outubro até 27 de outubro de 2021. Este período é o que corresponde à fase da não aprovação do Orçamento de Estado para 2022 (OE 2022). Esta fase foi escolhida porque estando este tema político na atualidade, os programas e peças humorísticas vão tratar este assunto de importância nacional, garantido que o humor se cruza com a política. O dia 13 de outubro foi escolhido como começo da janela temporal uma vez que tanto o “De maneira que no fundo é muito isto” e o “Jovem Conservador de Direita” começam a mencionar temas de política nacional a partir desta data. A data de 27 de outubro corresponde à não aprovação do Orçamento de Estado, marcando o fim da janela temporal.

Ao utilizar o programa MaxQDA, deu-se a identificação de *topoi* e falácias em partes que não se relacionam com política, mas são parte constituinte daquilo que é considerado o corpus analítico (sátira política). Procedeu-se desta maneira devido à importância do contexto nos textos de análise.

CAPÍTULO 4

Resultados

Dos segmentos com código, em primeiro lugar surge o *topos* "Utilidade/ vantagem" (16,3%), em segundo a falácia "Ad Hominem" (10,5%) e a seguir a falácia da "Fracas Analogia" (7,6%).

O *topos* "utilidade/ vantagem" foi codificado 28 vezes em 172 codificações feitas com 30 códigos ao longo dos três objetos. Ocupando este lugar de destaque na análise, retira-se que o humor satírico é refletido por um sentido de oportunidade possível por intermédio de uma ação que pretende colocar a personagem (maioritariamente políticos) numa posição de vantagem. Deste modo, a ideia de oportunismo torna-se numa ferramenta que gera humor no caso da sátira política portuguesa.

A falácia "Ad Hominem" foi codificada 18 vezes ao longo do corpus analítico. Isto mostra que o humor satírico é também marcado por ataques à outra pessoa (políticos, em maioria) através de danos à sua integridade evidenciando más características. Assim sendo, é o "Ad Hominem Abusivo", o mais comum dentro desta categoria. Existe, por isso, um "riso desafiliativo" (Abrahams, 2021) – ou seja, existe uma exclusão social ou mesmo uma desaprovação da pessoa visada que está a ser ridicularizada.

A falácia da "Fracas Analogia" foi codificada 13 vezes. As comparações entre duas coisas fracamente relacionadas impulsionam o humor satírico. É devido ao facto de estas analogias não fazerem grande sentido que reside o humor.

No que diz respeito aos três objetos de estudo analisados, o "Jovem Conservador de Direita", apresenta o *topos* da "Utilidade/Vantagem" (32,7%) como o mais comum. Em segundo lugar, surge a falácia da "Fracas Analogia" (27,6%) e, em seguida, o *topos* do "Perigo/ameaça" (13,1%).

No "Jovem Conservador de Direita" a "Utilidade/Vantagem" surge tratando-se muitas vezes de vantagem em relação à Esquerda ou ao Governo. Quanto à "Fracas Analogia", é no "Jovem Conservador de Direita" que se pode encontrar mais vezes esta falácia; entre o código mais identificado neste objeto de estudo e esta falácia, a diferença é de apenas 5,1 pontos percentuais. A "Fracas analogia" trata-se, assim, de um mecanismo típico para o humor no "Jovem Conservador de Direita". No *topos* do perigo/ ameaça, lida-se com o uso do desincentivo a certas ações por meio da apresentação de más consequências. Trata-se então de

uma ferramenta para o humor, pois há um exagero nas consequências negativas para as ações, supostamente, inofensivas.

O "Inimigo Público" apresenta o *topos* da "Utilidade/Vantagem" em primeiro lugar (22,4%), o da "Realidade" em segundo (13,3%) e o da "Sobrecarga" em terceiro (11,4%).

No que toca a este objeto de estudo, "Inimigo Público", a "Utilidade/Vantagem" surge de modo a mostrar o benefício a alguém, muitas vezes um coletivo. Já a "Realidade" demonstra que as circunstâncias mudaram e por isso deve haver ajustes à realidade, suficientemente relacionadas com essas circunstâncias ou não, usando, para isso, o exagero. De notar que este *topos* é exclusivo ao "Inimigo Público". Quanto ao *topos* da "Sobrecarga", trata-se da busca por uma solução humorística e criativa para um dado problema.

O "De Maneira que no Fundo é Muito Isto" apresenta em primeiro lugar, a falácia do Arenque Vermelho como a mais utilizada (30,7%), seguida da Falácia da Derrapagem (12,8%) e do *topos* do "Perigo/Ameaça" (11,4%).

A primeira falácia trata-se de uma tática para distrair, desviar do problema ou do tema principal através de piadas. A Falácia da Derrapagem apresenta um resultado dramático ou desastroso, exagerado, o que provoca humor. Em relação ao *topos* do "Perigo/Ameaça", tal como no "Jovem Conservador de Direita", há um desincentivo a certas escolhas devido às más consequências. É o exagero nas consequências negativas para ações, supostamente, inofensivas que serve de ferramenta para o humor.

Análise de Resultados

O discurso humorístico é responsável por conduzir a narrativa em direção a lugares distantes do que é considerado normal, passando pela incongruência. Para que assim seja, são necessários mecanismos e estratégias para a realização das piadas levando à construção do humor.

Nesta dissertação pretendeu-se, pois, perceber de que modo os *topoi* e as falácias informais – unidades linguísticas presentes nos estudos crítico-discursivos – se aplicam enquanto mecanismo para a construção das piadas, isto é, qual o papel destas unidades na conceção do humor, forma de arte persuasiva do ponto de vista retórico.

Os resultados desta análise mostram que a ideia de oportunidade, ou de vantagem sobre os demais, é um veículo para o humor. Daqui resulta que existe uma hierarquia social colocada em evidência através do *topos* “utilidade/ vantagem”. Segundo Kuiper (2015), a sociologia do humor mostra que este último está sempre embutido nas relações sociais e desempenha um papel na negociação destas mesmas relações e hierarquias. O uso deste *topos* está, portanto, em consonância com esta consideração.

A falácia “Ad Hominem”, a segunda mais comum a ser utilizada nos objetos analisados, demonstra a existência de exclusão social do *in-group* de personagens intervenientes, evidenciando de novo a ideia de que o humor é um fator na definição de relações sociais e hierarquias.

No que toca à “Fracá Analogia”, as comparações, ao não fazerem muito sentido, remetem para o fator da incongruência assente no pensamento de Kant e Schopenhauer. Já Veatch (1998) afirma que a “violação” é uma de três condições necessárias para o humor, isto é, a violação enquanto subversão de um procedimento predeterminado, de acordo com as convenções sociais estabelecidas, em determinada situação. É nos textos presentes na página de Facebook “Jovem Conservador de Direita”, no período anterior à reprovação do Orçamento de Estado, que esta falácia toma um papel preponderante. Isto revela uma técnica típica por parte desta personagem fictícia para a construção do humor. Na publicação no Facebook do “Jovem Conservador de Direita” de 13 de outubro de 2021, surge uma passagem que ilustra a utilização desta mesma

falácia: “Quando surgiu o Novo Banco a ideia era passar a mensagem de que aquele banco era novo e não tinha qualquer relação com um banco antigo de que as pessoas se podiam lembrar. É como um homem que teve um passado de *serial killer* apresentar-se no Tinder como “indivíduo que nunca cometeu homicídios em série.” Surge, portanto, a comparação de uma coisa com outra com o propósito de explicar ou persuadir. Neste caso, esta analogia não explica e não faz sentido uma vez que o Novo Banco não se assemelha a um *serial killer* que se apresenta no Tinder como “indivíduo que nunca cometeu homicídios em série”.

No suplemento “Inimigo Público” do jornal *Público*, por sua vez, é o *topos* da “Realidade” aquele que é exclusivo a este objeto. Este *topos* mostra que as circunstâncias mudaram e, por isso, deve haver ajustamentos à realidade, relacionadas com essas circunstâncias. De novo, aplica-se o fator da incongruência ou da violação a par do exagero explicado por Freud (1905). Na publicação do “Inimigo Público” de 22 de outubro de 2021, surge uma passagem que mostra a utilização do *topos* da “Realidade”: “Os adeptos da tourada já contornaram a proibição da entrada de menores de 16 anos nas praças de touros, matanças de porco e degola dos perus. Além de terem decidido chegar fogo às rotundas e vandalizar as ciclovias, o pessoal toureiro está a encher as arenas com crianças e jovens às cavalitas uns dos outros para parecerem mais velhos. Na Chamusca, um quiosque de raspadinhas alterou a inscrição nas finanças para poder vender barbas, bigodes postiços e máscaras com a cara de Nuno Melo à criançada fã da festa brava”. Neste excerto, como a “realidade” é como é (“proibição da entrada de menores de 16 anos nas praças de touros...”), a ação específica/decisão deve ser feita (“O pessoal toureiro está a encher as arenas com crianças e jovens às cavalitas uns dos outros para parecerem mais velhos” | “um quiosque de raspadinhas alterou a inscrição nas finanças para poder vender barbas, bigodes postiços e máscaras com a cara de Nuno Melo à criançada fã da festa brava”).

O podcast do *Observador*, ‘De Maneira que no Fundo é Muito Isto’, apresenta como tática mais comum para o humor o uso da falácia ‘Arenque Vermelho’. Tratando-se de um veículo para desviar do tema principal, no caso deste podcast isto é feito recorrendo a piadas. Na edição do podcast de 25 de outubro de 2021 intitulada “Negociar o OE vai esgotar o champô anti-oleosidade”, surge um exemplo do uso desta falácia no momento em que Tiago Dores foi interrompido ao introduzir piadas relacionadas com champô para, mais tarde, relacioná-las com o tema do Orçamento de Estado:

“Judite - O bicho da caspa.... a caspa não é um bicho.

Tiago - Lá estás tu, com os teus rigorzinhos científicos. No preciso momento em que eu tento explanar profundas reflexões filosóficas científico-espirituais. E tu a interromperes com o teu método científico ou lá o que é isso... Realmente, é muito inoportuno”.

Com esta dissertação pretendeu-se utilizar unidades linguísticas pré-definidas para entender como é construído um fenómeno social. Este estudo servirá de exemplo para outros estudos que visem estudar outros fenómenos através das mesmas unidades, ou mesmos estudos que procurem continuar a estudar o humor através de outras unidades linguísticas.

Conclusões

Os programas de humor, qualquer que seja o suporte (Rádio, Redes Sociais Online, Imprensa...), que se debruçam sobre conteúdo político, contribuem para chamar à atenção para assuntos escrutináveis pelo público, ajudando a desfazer tabus. A sátira política, através do seu conteúdo crítico e reflexivo, contribui para o desenvolvimento do civismo numa sociedade e para a prestação de contas por parte de quem exerce o poder. Os jovens adultos consomem mais itens satíricos do que notícias regulares, constituindo assim uma audiência *target* para a sátira política.

O humor é utilizado enquanto forma de persuasão, tendo uma longa história como dispositivo de retórica, muitas vezes interpretado como instrumento para o engano, tal como acontece com a falácia. A teoria da incongruência, assente no pensamento de Kant e Schopenhauer, procura explicar o humor, afirmando que este resulta quando as relações pré-concebidas entre conceitos e objetos reais são assimiladas repentinamente como incoerentes, desembocando no riso. Já a teoria da superioridade sugere que o riso resulta enquanto resposta ao infortúnio dos outros. A teoria de Veatch (1998) sugere que existem três condições para o humor: na primeira trata-se de “Normalidade”, em que quem percebe reproduz uma perspetiva dominante sobre uma situação que interpreta como sendo normal; na segunda trata-se de “Violação”, em que quem percebe julga existir uma maneira pré-concebida de agir numa dada situação, surgindo da transgressão desse princípio a condição para o humor; na terceira, e última, condição, diz-se que as duas condições anteriores têm de estar presentes no mesmo instante para quem percebe o humor.

Mais recentemente, em 2021, Abrahams sugere que o humor seja encarado enquanto fenómeno social por envolver o que o ser humano valoriza e a forma como interage. O riso, pela sua significação social, é usado para identificar e negociar a pertença a grupos e dinâmicas de poder, tanto que o humor é um fenómeno que pode ser “desafiliativo”, permitindo a passagem do *in-group* para o *out-group* e vice-versa. Uma vez que o mecanismo de exclusão e inclusão está enraizado em hierarquias sociais, o humor tem uma natureza política que está ancorada no contexto histórico e cultural. De facto, em argumentação, onde são utilizados os *topoi* e as falácias, o acordo prévio dita o que a audiência compreende ser o real (como verdades, presunções e factos) e o preferível (no que toca a valores, hierarquias e lugares).

Nesta dissertação pretendeu-se compreender o humor político no contexto português pelos seus mecanismos resultantes da utilização de *topoi* e falácias informais.

No desenvolvimento desta dissertação existiram algumas limitações como a dificuldade em encontrar conteúdos humorísticos provenientes do espectro da Direita portuguesa que pudessem integrar o corpus analítico. No que toca às unidades linguísticas (*topoi* e falácias) utilizadas na análise, também existiram limitações, uma vez que na lista de *topoi* proposta por Wodak e Meyer (2001) encontram-se *topoi* muito vastos como utilidade/vantagem (se uma ação sob um ponto de vista específico relevante pode ser útil, então o sujeito deve executá-lo) e outros muito estritos, como definição/interpretação nominal (se uma ação, objeto ou pessoa (grupo de pessoas) é nomeado/designado enquanto X, a ação, objeto ou pessoa (grupo de pessoas) carrega ou deve carregar com as qualidades/traços/atributos contidos no sentido literal de X). Já na lista de falácias, existiram três que nunca foram identificadas no corpus analítico (*Petitio Principii*, Várias perguntas, *Ad Ignorantiam*), o que não aconteceu com os *topoi*.

Existem outros estudos que podem ser desenvolvidos na sequência desta dissertação. O presente estudo servirá de exemplo para outros que visem estudar outros fenómenos através das mesmas unidades, ou mesmos estudos que procurem continuar a estudar o humor através de outras unidades, instrumentos ou operações de retórica, tais como falácias formais ou recursos expressivos.

Referências Bibliográficas

- Abrahams, D. (2021). The Social Account of Humour. *Canadian Journal of Philosophy*, 51(2), 81–93. <https://doi.org/10.1017/can.2021.7>
- Adegoju, A., & Oyeboade, O. (2015). Humour as discursive practice in Nigeria's 2015 presidential election online campaign discourse. *Discourse Studies*, 17(6), 643–662. <https://doi.org/10.1177/1461445615602378>
- Aristóteles, F. (350 a.C./1936). *Topica and de sophisticis elenchis*. In W. D. Ross (Ed.), *Basic Works of Aristotle* (pp. 24–30). Oxford, Clarendon Press.
- Aristóteles, F. (350 a.C./1926). *The Art of Rhetoric* (Vol. 2). Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press.
- Bakhtin, M. M., & Bakhtin, M. (1984). *Rabelais and his world* (Vol. 341). Bloomington, Indiana University Press.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Edições 70.
- Baumgartner, J., & Morris, J. S. (2006). The daily show effect: Candidate evaluations, efficacy, and American youth. *American Politics Research*, 34(3), 341–367. <https://doi.org/10.1177/1532673X05280074>
- Billig, M. (2005). *Laughter and Ridicule: Towards a social critique of humour*. Londres, Sage
- Bizzell, P., & Herzberg, B. (1990). *The rhetorical tradition: Readings from classical times to the present*. Bedford, St. Martin's Press.
- Blassnig, S., Büchel, F., Ernst, N., & Engesser, S. (2019). Populism and Informal Fallacies: An Analysis of Right-Wing Populist Rhetoric in Election Campaigns. *Argumentation*, 33(1), 107–136. <https://doi.org/10.1007/s10503-018-9461-2>
- Bochenski, J. M. (1951). *Ancient formal logic*. Amsterdão, North-Holland Publishing Company
- Borges, L., Rodrigues, S., Dantas, M., Neves, S., Botelho, L., Lopes, M. & Ferreira Santos, N. (2021, outubro 25). *É oficial: Orçamento do Estado chumbado no Parlamento*. Público. <https://www.publico.pt/2021/10/25/politica/noticia/Debate-OrcamentodoEstado-1982384>
- Boukes, M., Boomgaarden, H. G., Moorman, M., & de Vreese, C. H. (2015). At Odds: Laughing and Thinking? The Appreciation, Processing, and Persuasiveness of Political Satire. *Journal of Communication*, 65(5), 721–744. <https://doi.org/10.1111/jcom.12173>
- Bright, P. L. (1961). *A Progressive Synthesis of the Concepts of Memory in the Writings of Selected Ancient Rhetoricians*. Dissertação de Mestrado Não-Publicada, Department of Speech, University of Washington.
- Brito, A., Almeida Mendes, F. & Barros, R. (2021, outubro 15) *Como se explicam os atuais preços dos combustíveis*. Público. <https://www.publico.pt/2021/10/15/economia/perguntaserespostas/precos-gasolina-gasoleo-combustiveis-1981254>
- Cabrera, A. (2010). O Humor na Campanha Eleitoral: Legislativas 2009 em Portugal. *Media & Jornalismo*, 9(2), 209–226.
- Carroll, N. (2014). *Humour: A very short introduction*. Oxford, Oxford University Press.

- Carter, M. (1988). Stasis and kairos: Principles of social construction in classical rhetoric. *Rhetoric Review*, 7(1), 97–112.
- Chambers, E. (1989). Thalia's Revenge: Ethnography and Theory of Comedy. *American Anthropologist*, 91(3), 589–598. <https://doi.org/10.1525/aa.1989.91.3.02a00030>
- Cicero, M. T. (1855). *Cicero on Oratory and Orators*, trad. J. S. Watson. Londres, HG Bohn
- Cooper, L. (1922). *An Aristotelian Theory of Comedy: With an Adaptation of the Poetics, and a Translation of the Tractatus Coislinianus* (Vol. 10). Califórnia, Harcourt Brace.
- Costa, J.A. (2021, outubro 13) Um Super-Homem assumidamente bissexual. *Público*. <https://www.publico.pt/2021/10/13/p3/cronica/superhomem-assumidamente-bissexual-1980773>
- Curtius, E. R. (2013). *European literature and the Latin middle ages* (Vol. 180). New Jersey, Princeton University Press.
- Davies, C. (2011). *Jokes and Targets*. Bloomington, Indiana University Press.
- Day, A. (2011). *Satire and Dissent: Interventions in Contemporary Political Debate*. Bloomington, Indiana University Press.
- Ebbesen, S. (1981). *Commentators and Commentaries on Aristotle's Sophistici elenchi: a study of post-Aristotelian ancient and medieval writings on fallacies* (Vol. 1). Leiden, Brill Archive.
- Enos, R. L., & Lauer, J. M. (2020). The meaning of heuristic in Aristotle's Rhetoric and its implications for contemporary rhetorical theory. In *Landmark Essays* (pp.203–212). Londres, Routledge
- Esralew, S., & Young, D. G. (2012). The Influence of Parodies on Mental Models: Exploring the Tina Fey-Sarah Palin Phenomenon. *Communication Quarterly*, 60(3), 338–352. <https://doi.org/10.1080/01463373.2012.688791>
- Fine, G. A. (1994). The social construction of style: Thorstein Veblen's the theory of the leisure class as contested text. *Sociological Quarterly*, 35(3), 457–472.
- Fiske, G. C. (1920). *Lucilius and Horace: a study in the classical theory of imitation*. Madison, University of Wisconsin
- Freud, S. (2003 [1905]). *The joke and its relation to the unconscious*, trad. J. Crick. Londres, Penguin.
- Garssen, B., Snoeck Henkemans, F., Eemeren, F. H. van, & Feteris, E. T. (2011). *Keeping in Touch with Pragm-dialectics: In Honor of Frans H. Van Eemeren*. (Vol.163). Amsterdão, John Benjamins Publishing.
- Glenn, P. (2003). *Laughter in Interaction*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Gomes, M. & Pimenta, P. (2021, outubro 9) Nuno Melo candidata-se à liderança do CDS “por um imperativo de consciência”. *Público*. <https://www.publico.pt/2021/10/09/politica/noticia/nuno-melo-fazem-falta-partido-1980499>
- Baiocchi, G. (2003). Emergent Public Spheres: Talking Politics in participatory governance. *American Sociological Review*, 68(1), 52–74.
- Grant, M. A. (1924). *The ancient rhetorical theories of the laughable: the Greek rhetoricians and Cicero* (Vol. 21). Madison, University of Wisconsin.
- Grice, H. P. (1975). Logic and Conversation. In *Speech Acts* (pp.41–58). Leiden, Brill.
- Grimaldi, W. M. (2020). Studies in the Philosophy of Aristotle's Rhetoric. In *Landmark Essays* (pp. 15–31). Londres, Routledge.
- Hambruch, E. (1904). Logische Regeln der platonischen Schule in der aristotelischen Topik . *Weidmann*, 56.

- Bergson, H. (2022). *Laughter: An Essay on the meaning of the comic*. DigiCat.
- Henriques, A. & Lopes, M. (2021, outubro 11) Armando Vara libertado por “lei covid”, apesar de vacinação nas cadeias ultrapassar os 91%. *Público*. <https://www.publico.pt/2021/10/11/sociedade/noticia/armando-vara-libertado-lei-covid-apesar-vacinacao-cadeias-ultrapassar-91-1980672>
- Holbert, R. L. (2013). Developing a Normative Approach to Political Satire: An Empirical Perspective *International Journal of Communication*, 7, 305–323, <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/1933/855>
- Holbert, R. L., Hmielowski, J., Jain, P., Lather, J., & Morey, A. (2011). Adding nuance to the study of political humor effects: Experimental research on juvenalian satire versus horatian satire. *American Behavioral Scientist*, 55(3), 187–211. <https://doi.org/10.1177/0002764210392156>
- Holcomb, C., & Holcomb, C. M. (2001). *Mirth making: The rhetorical discourse on jesting in early modern England*. Hampton, Columbia, Univ of South Carolina Press.
- Holm, N. (2017). *Humour as politics: The political aesthetics of contemporary comedy*. Cham, Springer.
- Hurley, M., Dennett, D., & Adams Jr., R. (2011). *Inside Jokes: Using Humor to Reverse-Engineer the Mind*. Cambridge, Massachusetts, MIT Press.
- Kant, I. (1987 [1790]). *Critique of Judgement*, trad. W. S. Pluhar. Indianapolis, Hackett Publishing.
- Kienpointner, M. (1992). How to Classify Arguments. In *Argumentation Illuminated* (F. H. van Eemeren, R. Grootendorst, J. A. Blair & C. A. Willard, Eds.). Amsterdão, International Society for the Study of Argumentation (ISSA).
- Kienpointner, M. (1997). On the Art of Finding Arguments: What Ancient and Modern Masters of Invention Have to Tell Us About the “Ars Inveniendi”. *Argumentation*, 11(2), 225–236.
- King, C. P. (1975, dezembro, 27-30). “TOPOI” and the Generation of Discourse: A Critical Analysis [Apresentação em Conferência]. Annual Meeting of the Speech Communication Assn, Houston, TX, United States
- Knight, C. A. (2004). *The Literature of Satire*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Krämer, B., & Holtz-Bacha C. (Eds.). (2020). *Perspectives on Populism and the Media: Avenues for Research* (Vol.7). Baden-Baden, Nomos Verlag
- Kuipers, G. (2015). Good Humor, Bad Taste. In *Good Humor, Bad Taste*. Berlim, De Gruyter Mouton
- Kypker, N. S. (2021). #CybillToo?: how a feminist sitcom (almost) exposed Hollywood’s dark secrets. *Comedy Studies*, 12(2), 147–160. <https://doi.org/10.1080/2040610X.2021.1951103>
- LaMarre, H. L., & Walther, W. (2013). Ability Matters: Testing the Differential Effects of Political News and Late-Night Political Comedy on Cognitive Responses and the Role of Ability in Micro-Level Opinion Formation. *International Journal of Public Opinion Research*, 25(3), 303–322. <https://doi.org/10.1093/ijpor/edt008>
- LaMarre, H. L., Landreville, K. D., Young, D., & Gilkerson, N. (2014). Humor Works in Funny Ways: Examining Satirical Tone as a Key Determinant in Political Humor Message Processing. *Mass Communication and Society*, 17(3), 400–423. <https://doi.org/10.1080/15205436.2014.891137>
- Lauerbach, G. (2007). Argumentation in political talk show interviews. *Journal of Pragmatics*, 39(8), 1388–1419. <https://doi.org/10.1016/j.pragma.2007.04.004>
- Lippitt, J. (1994). Humour and incongruity. *Cogito*, 8(2), 147–153.

- Lockyer, S. (2011). From toothpick legs to dropping vaginas: Gender and sexuality in Joan Rivers' stand-up comedy performance. *Comedy Studies*, 2(2), 113–123. https://doi.org/10.1386/cost.2.2.113_1
- Lopes, M. (2021, outubro 25) PCP vota contra o Orçamento do Estado – e assim chumbará. *Público*. <https://www.publico.pt/2021/10/25/politica/noticia/pcp-vota-orcamento-assim-chumbara-1982376>
- Lusa & *Público* (2021, outubro 18). Vacinação simultânea contra gripe e covid-19 arranca esta segunda-feira. *Público*. https://www.publico.pt/2021/10/18/sociedade/noticia/vacinacao-simultanea-gripe-covid19-arranca-segunda-feira-1981481?ref=pesquisa&cx=page_content
- Lusa & *Público* (2021, outubro 26). O filme de uma crise política em 16 actos. *Público*. <https://www.publico.pt/2021/10/26/politica/noticia/filme-crise-politica-16-actos-1982514>
- Lusa (2021, outubro 10) Marcelo alerta que uma comunicação social fraca prejudica robustez das democracias. *Expresso*. <https://expresso.pt/politica/2021-10-10-Marcelo-alerta-que-uma-comunicacao-social-fraca-prejudica-robustez-das-democracias-c5149751>
- Lusa (2021, outubro 17) GNR “muito atenta” ao fenómeno e aos efeitos da série Squid Game. *Público*. <https://www.publico.pt/2021/10/17/sociedade/noticia/gnr-atenta-phenomeno-efeitos-serie-squid-game-1981420>
- Lusa (2021, outubro 25) Novo Banco admite ir às compras após concluir reestruturação. *Público*. <https://www.publico.pt/2021/10/25/economia/noticia/novo-banco-admite-ir-compras-apos-concluir-reestruturacao-1982400>
- Lusa (2021, outubro 30) CDS-PP: conselho nacional aprova adiamento do congresso para depois das legislativas. *Público*. <https://www.publico.pt/2021/10/30/politica/noticia/cdspp-conselho-nacional-aprova-adiamento-congresso-legislativas-1983100>
- Lusa (2021, outubro 7) Chega elege presidente a 6 de novembro e reúne congresso entre 26 e 28 desse mês. *Público*. <https://www.publico.pt/2021/10/07/politica/noticia/chega-elege-presidente-6-novembro-reune-congresso-26-28-mes-1980229>
- Lusa (2021, outubro 7) Ramalho Eanes avisa para “governamentalização” e “até partidarização” das Forças Armadas. *Público*. <https://www.publico.pt/2021/10/07/politica/noticia/obrigado-exonerar-chefe-estadomaior-apontadas-razoes-eanes-1980199>
- Lusa (2021, outubro de 2021) Chega pediu esclarecimentos ao Voz sobre mapa com Portugal “anexado” por Espanha. *Público*. <https://www.publico.pt/2021/10/13/politica/noticia/chega-pediu-esclarecimentos-voz-mapa-portugal-anexado-espanha-1980993>
- Maraev, V., Breitholtz, E., Howes, C., Larsson, S., & Cooper, R. (2021). Something Old, Something New, Something Borrowed, Something Taboo: Interaction and Creativity in Humour. *Frontiers in Psychology*, 12. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.654615>
- Martin, R., & Ford, T. (2018). *The Psychology of Humour: An Integrative Approach*. Amsterdão, Elsevier.
- Mateus, S. (2018). *Introdução à Retórica no Séc. XXI*. Covilhã, LabCom, Universidade da Beira Interior.
- Matthes, J. & Rauchfleisch, A. (2013). The Swiss “Tina Fey effect”: The content of late-night political humor and the negative effects of political parody on the evaluation of politicians. *Communication Quarterly*, 61(5), 596–614.
- Meyer, J. C. (2000). Humor as a double-edged sword: Four functions of humor in communication. *Communication Theory*, 10(3), 310–331.

- Morreall, J. (1989). The Rejection of Humor in Western Thought. *Philosophy East and West*, 39(3), 243–265.
- Morreall, J. (2009). Humor as cognitive play. *Journal of Literary Theory* 3(2), 241–260.
<https://doi.org/10.1515/JLT.2009.014>
- Nelson, W. F. (1969). Topoi: Evidence of Human Conceptual Behavior. *Philosophy & Rhetoric*, 2, 1–11.
- Nelson, W. F. (1970). Topoi: Functional in human recall. *Speech Monographs*, 37(2), 121–126.
<https://doi.org/10.1080/03637757009375656>
- Nidditch, P. H. (ed.) (1975). Introduction. In *John Locke: An essay concerning human understanding*. Oxford, Oxford University Press
- Nieuwenhuis, I., & Zijp, D. (2022). The politics and aesthetics of humour in an age of comic controversy. *European Journal of Cultural Studies*, 25(2), 341–354
- Olaniyan, M. E. (2015). The effectiveness of satire as a dramatic tool for societal reformation: Efua Sutherland's the Marriage of Anansewa. *European Journal of Research and Reflection in Arts and Humanities*, 3(4), 1–10.
- Paletz, D. L. (1990). Political Humor and Authority: From Support to Subversion. *International Political Science Review*, 11(4), 483–193
- Perelman, C. (1993). *O Império Retórico*. (Livro 1), trad. R. Grácio. Lisboa, Edições Asa
- Perelman, C., & Olbrechts-Tyteca, L. (1996). *Tratado da Argumentação. A Nova Retórica*, trad. M. E. de Almeida Prado Galvão. São Paulo, WMF Martins Fontes
- Pérez, R. (2013). Learning to make racism funny in the “color-blind” era: Stand-up comedy students, performance strategies, and the (re)production of racist jokes in public. *Discourse and Society*, 24(4), 478–503.
<https://doi.org/10.1177/0957926513482066>
- Podlas, K. (2011). Funny or No Laughing Matter: How Television Viewers Interpret Satires of Legal Themes. *Seton Hall Journal of Sports and Entertainment Law*, 21(2), 289–331.
- Poulakos, J. (1995). *Sophistical Rhetoric in Classical Greece*. University of South Carolina Press.
- Powers, L. H. (1995). The One Fallacy Theory. *Informal Logic*, 17(2), 303–314.
- Primavesi, O. (1996). *Die aristotelische Topik: ein Interpretationsmodell und seine Erprobung am Beispiel von Topik B* (Vol. 94). Baden-Baden, C.H. Beck.
- Proulx, M. (2018). Shameless comedy: Investigating shame as an exposure effect of contemporary sexist and feminist rape jokes. *Comedy Studies*, 9(2), 183–199. <https://doi.org/10.1080/2040610X.2018.1494361>
- Público* (2021, outubro 13) Com 111 milhões de espectadores, Squid Game é a maior estreia de sempre da Netflix. *Público*. <https://www.publico.pt/2021/10/13/culturaipilon/noticia/111-milhoes-espectadores-squid-game-maior-estreia-netflix-1980931>
- Quirk, S. (2018). *The Politics of British Stand-up Comedy: The New Alternative*. Cham, Springer.
- Rasmussen, T. (2014). Internet and the Political Public Sphere. *Sociology Compass*, 8(12), 1315–1329.
<https://doi.org/10.1111/soc4.12228>
- Richardson, J. E. (2004). *(Mis)representing Islam: The racism and rhetoric of British broadsheet newspapers* (Vol. 9). Amsterdão, John Benjamins Publishing.
- Rodrigues, S. (2021, outubro 15) Rangel anuncia que é candidato à liderança do PSD. *Público*. <https://www.publico.pt/2021/10/15/politica/noticia/rangel-anuncia-candidato-lideranca-psd-1981172>

- Rolfe, M. (2019). Is this a Dag which I see before me? John Clarke and the politics in his political humour. *Comedy Studies*, 10(1), 21–38. <https://doi.org/10.1080/2040610X.2019.1592325>
- Rubinelli, S. (2009). *Ars topica: The classical technique of constructing arguments from Aristotle to Cicero* (Vol. 15). Cham, Springer.
- Schutz, C. E. (1977). *Political humor: From Aristophanes to Sam Ervin*. New Jersey, Fairleigh Dickinson University Press.
- Searle, J. R., & Searle, J. R. (1969). *Speech Acts. An Essay in the Philosophy of Language* (Vol. 626). Cambridge, Cambridge University Press.
- Sherwood, S. (2013). Intersections of Wit and Rhetoric: Humour as Rhetorical Enterprise. *Proteus*, 29(1), 45–52
- Simpson, P. (2003). *On the Discourse of Satire: Towards a stylistic model of satirical humour*. Amsterdão, John Benjamin's Publishing Group.
- Slomkowski, P. (1997). What is a Topos?. In *Aristotle's Topics* (pp. 43–67). Leiden, Brill.
- Toulmin, S. E. (2003). *The Uses of Argument*. Cambridge, Cambridge University Press.
- van Dijk, T. A. (2013). Discourse, power and access. In *Texts and Practices* (pp.93–113). Londres, Routledge
- van Eemeren, F. H., & Grootendorst, R. (2016). *Argumentation, Communication, and Fallacies: A Pragmatic-Dialectical Perspective*. Londres, Routledge
- van Eemeren, F. H., & Grootendorst, R. (1992). Relevance reviewed: The case of argumentum ad hominem. *Argumentation*, 6(2), 141-159.
- van Eemeren, F. H., & Grootendorst, R. (2004). *A Systematic Theory of Argumentation: The pragma-dialectical approach*. Cambridge University Press.
- van Eemeren, F. H., & Houtlosser, P. (1999). Strategic manoeuvring in argumentative discourse. *Discourse Studies*, 1(4). <https://doi.org/10.1177/1461445699001004005>
- van Eemeren, F. H., & Houtlosser, P. (2006). Strategic maneuvering: A synthetic recapitulation. *Argumentation*, 20(4), 381–392. <https://doi.org/10.1007/s10503-007-9037-z>
- van Eemeren, F., Grootendorst, R., & Snoeck Henkemans, F. (1996). *FUNDAMENTALS OF ARGUMENTATION THEORY: A Handbook of Historical Backgrounds and Contemporary Developments*.
- Veatch, T. C. (1998). A theory of humor. *Humor: International Journal of Humor Research*, 11(2), 161-215.
- Villalobos, L. (2021, outubro 14) *TAP finaliza despedimento coletivo de 72 trabalhadores*. Público. <https://www.publico.pt/2021/10/14/economia/noticia/tap-finaliza-despedimento-coletivo-72-trabalhadores-1981101>
- Walton, D. (1998). *The New Dialectic: Conversational Contexts of Argument*. Toronto, University of Toronto Press.
- Walton, D. N. (2008). *Informal Logic: A Pragmatic Approach*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Walton, D., & Krabbe, E. (1995). *Commitment in Dialogue: Basic Concepts of Interpersonal Reasoning*. Nova Iorque, SUNY Press.
- Watson, C. (2015). A Sociologist Walks into a Bar (and Other Academic Challenges): Towards a Methodology of Humour. *Sociology*, 49(3), 407–421. <https://doi.org/10.1177/0038038513516694>
- Weaver, S. (2011). Jokes, rhetoric and embodied racism: A rhetorical discourse analysis of the logics of racist jokes on the internet. *Ethnicities*, 11(4), 413–435. <https://doi.org/10.1177/1468796811407755>

- Weaver, S. (2021). *The Rhetoric of Brexit Humour: Comedy, Populism and the EU Referendum*. Londres, Routledge.
- Whateley, R. (1848). *Elements of logic, 9th edn* (9th ed.). Londres, Longman.
- Wilson, J., Sahlane, A., & Somerville, I. (2012). Argumentation and fallacy in newspaper op / ed coverage of the prelude to the invasion of Iraq. *Journal of Language and Politics*, 11(1), 1–30. <https://doi.org/10.1075/jlp.11.1.01wil>
- Wodak, R. (2009). *The Discourse of Politics in Action: Politics as Usual*. Cham, Springer.
- Wodak, R. (2012). Language, power and identity. *Language Teaching*, 45(2), 215–233.
- Wodak, R., & Meyer, M. (Eds.) (2001). *Methods of Critical Discourse Analysis*. Londres, Sage.
- Young, D. G. (2008). The privileged role of the late-night joke: Exploring humor's role in disrupting argument scrutiny. *Media Psychology*, 11(1), 119–142. <https://doi.org/10.1080/15213260701837073>
- Young, D. G., Holbert, R. L., & Jamieson, K. H. (2014). Successful Practices for the Strategic Use of Political Parody and Satire: Lessons From the P6 Symposium and the 2012 Election Campaign. *American Behavioral Scientist*, 58(9), 1111–1130. <https://doi.org/10.1177/0002764213506213>
- Žagar, I. (2010). *Topoi* in Critical Discourse Analysis. *Lodz Papers in Pragmatics*, 6(1), 3–27. <https://doi.org/10.2478/v10016-010-0002-1>
- Zillmann, D., & Cantor, J. R. (1972). Directionality of transitory dominance as a communication variable affecting humor appreciation. In *Journal of Personality and Social Psychology*, 24(2), 191–198.
- Zupancic, A. (2008). *The odd one in: On comedy*. Cambridge, Massachusetts, MIT Press.
- Zurloni, V., & Anolli, L. (2013, novembro). Fallacies as argumentative devices in political debates. In Conference Proceedings: Multimodal Communication in Political Speech – Shaping Minds and Social Action (*Paper* originalmente apresentado no *International Workshop on Political Speech*, 2010, Roma, Itália) (pp. 245–257). Cham, Springer.